

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

THALES OLIVEIRA DA SILVA

BAIXADA CRUEL:

Dialogicidade aliada à Bagagem Espacial como um arranque para
uma Aprendizagem Significativa sobre Baixada Fluminense

Rio de Janeiro
2022



THALES OLIVEIRA DA SILVA

BAIXADA CRUEL:

Dialogicidade aliada à Bagagem Espacial como um arranque para uma Aprendizagem Significativa sobre Baixada Fluminense

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientadora: Prof.^a M.^a Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Thales Oliveira da
Baixada Cruel: Dialogicidade aliada à bagagem espacial como um arranque para uma aprendizagem significativa sobre Baixada Fluminense/ Thales Oliveira da Silva. – Rio de Janeiro, 2022.

75 f.

Monografia apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Baixada Fluminense (RJ). 3. Violência. I. Thomaz, Zélia Aurea Silva de Azevedo. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

THALES OLIVEIRA DA SILVA

BAIXADA CRUEL:

Dialogicidade aliada à Bagagem Espacial como um arranque para uma Aprendizagem Significativa sobre Baixada Fluminense

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof.^a M.^a Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz (Orientador)
Colégio Pedro II - TPGE

Prof.^a D.^{ra} Lucia Maria de Baère Naegeli (Membro interno)
Colégio Pedro II - TPGE

Prof.^a D.^{ra} Edileuza Dias de Queiroz (Membro externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

2022
AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, de imediato, gostaria de agradecer à Baixada Fluminense, território sem o qual não haveria qualquer construção emocional das que serão descritas abaixo, que me formou como ser humano, professor e, agora, me encaminha para a especialização. Território que me escancarou situações socioespaciais tão marcantes e me apresentou pessoas ímpares que, mesmo sem saber, contribuem diretamente para minha formação pessoal e para uma educação significativa, mesmo, muitas vezes, sem ter tido acesso à educação básica. Por fim, território que me apresentou desde cedo a pobreza e a desilusão, me arremessou para fora para que eu descobrisse quem eu realmente era, me apontou os culpados e os caminhos, e me injetou doses cavalares de raiva, fundamentais para a busca por acesso, transgressão e reconhecimento.

Agradeço à educação por manter os meus pés no chão e meu contato direto com a base, por trazer sentido à minha vida, por me conectar com o futuro e por me fazer de ponte para que jovens tão brilhantes possam não sofrer o que sofremos e somente solicitar aquilo que um dia necessitamos suplicar. Agradeço aos meus alunos por me trazerem esperança às sete da manhã, quando às seis tudo parecia perdido. E agradeço à Geografia por me trazer o fascínio na mesma medida que a indignação pelas contradições, e por me apontar o Norte.

Agradeço ao Colégio Pedro II por me receber desde os nove anos de idade, por me oferecer aquilo que neste país é tratado como privilégio, por me sentar ao lado dos filhos daqueles que nem nos olham, ao mesmo tempo que nos conecta com aqueles que vivem o mesmo que nós em outro lugar. Por me tirar de casa tão cedo e me fazer desenvolver o quanto antes a malandragem ligada à sobrevivência, da qual meus amigos já nasceram sabendo. Por acompanhar de perto minha trajetória como aluno, estagiário e pesquisador, sabendo que uma nova função um dia poderá ser desbloqueada. E por me apresentar profissionais sensíveis e únicos, que puxam a fila e servem de referência, como Marcos Lima, que me ensina há quinze anos.

Agradeço à minha bisavó Maria José que se foi durante o processo de criação desta pesquisa. Sou grato eternamente ao momento em que pude entregar meu diploma emitido por uma Universidade Federal nas mãos dela que não conheceu as letras, dada toda a perversidade que a encontrou desde seu primeiro dia no mundo, no Nordeste, na Paraíba. Condições tão adversas, ao contrário do que se espera, produziu um ser humano que este planeta nunca viu igual, tão aguerrido quanto amável, doce e à frente de seu tempo. O abrigo vivo para tantas pessoas vindas do Nordeste, o abraço mais apertado que já recebi. Sinto sua falta todos os dias.

Agradeço minha avó Arlete por ser um grande exemplo de força mesmo em tempos tão adversos. Por nunca ter me dito ao menos um não, por me ensinar que existem muitas formas de demonstrar amor, por me apoiar em qualquer situação, e por torcer e fazer fé para o meu futuro. Sou grato e tanto admiro quanto condeno seus doze anos dentro de um quatinho minúsculo na Zona Sul, servindo de empregada doméstica para uma família rica. Sem dúvida, seu ser como completo e sua vivência na Baixada Fluminense desde os anos 1970 são alicerces fundamentais para esta pesquisa.

Agradeço meus pais, Adilson Nogueira e Patricia Oliveira, por tanto se importarem desde cedo com a minha educação, por se privarem de tantas possibilidades para proporcionar um

crescimento digno para mim e meu irmão. Por demonstrarem que nem sempre os caminhos são retilíneos e as relações eternas, mas que o percurso pode ser lindo e os produtos disso serem marcantes. Agradeço pelo amor e pelo apoio, pela experiência e, sobretudo, por me entenderem como um ser livre.

Agradeço meu irmão, Tullio Oliveira, por ser meu amigo desde o ventre de nossa mãe. Por trazer leveza ao meu dia a dia, por tanto ter me ensinado desde que precisamos repentinamente crescer, por me mostrar o que é responsabilidade e cuidado, e que podemos escolher o caminho que bem entendermos. Agradeço por ser um exemplo de fidelidade aos seus.

Agradeço a Wallace Abreu, meu irmão que conheci há onze anos dentro do Colégio Pedro II. Nossa parceria e companheirismo revelam uma amizade fiel e acolhedora, ver seu crescimento e sua busca por conhecimento ao longo desses anos é inspirador. Seu acolhimento e torcida e, principalmente, sua presença é fundamental para este progresso.

Agradeço a Karine Castro pelo carinho e parceria ao longo de todos esses anos que vinculam dividir a vida profissional, aliada aos problemas e conquistas que esta requer, mas também à vida pessoal que nos coloca como aliados e provedores da felicidade e do cuidado de um para com o outro. Obrigado por dividir não só a educação, como também a perifericidade. Obrigado por ser minha referência.

Agradeço a Diogo Queiroz por me receber em sua família e me tornar parte dela, por ser uma constante quebra de estereótipos e estatísticas, por me mostrar que existem múltiplos caminhos, por evidenciar que o acesso muitas vezes é feito na marra e na inteligência, e que ser forte, determinado e versátil vale mais do que um diploma e um pai rico. Obrigado por me mostrar o que é ser verdadeiramente protetor e me apresentar o mais bonito dos jardins de Duque de Caxias, o Jardim Gramacho.

Agradeço a Bárbara Martins pelo seu amor e dedicação à ciência para com a Baixada Fluminense, por sua inquietação e busca de uma produção local rica e potente. Sou grato, junto a isso, à sua proteção e cuidado, e sou um grande admirador da sua persistência. Obrigado por também levar este tema por aí.

Agradeço a Camila Athayde por ser um suporte técnico, mas, principalmente emocional, dessa pesquisa, por nutrir e alimentar constantemente uma indignação inteligente e canalizada, por não silenciar em qualquer momento suas convicções e por ser uma fonte primordial de discussão e ideias sobre este trabalho. Obrigado, sobretudo, por cuidar da minha família.

Agradeço a Zélia Aurea Thomaz pela dedicação na orientação dessa pesquisa, por mergulhar no entendimento da Baixada Fluminense, por me dar liberdade de produção e reflexão sobre o tema, agindo inteligentemente no crescimento do mesmo. Obrigado, dentre todos estes processos, por me provar que uma orientação pode ser leve tanto quanto afiada.

Agradeço os amigos da Leigo Records e da Tomarock produções, e estendo este agradecimento a todos os amigos, produtores culturais e músicos de Duque de Caxias, por demonstrarem, sem qualquer incentivo, como o acesso à cultura é tão importante quanto a comida, e por evidenciarem dia após dia a quebra direta das adversidades e o acesso na marra aos aparelhos de compartilhamento cultural centrais, ao mesmo tempo que seguem atraindo tais aparelhos e tais centralidades para nossa cidade.

Por último, peço licença para falar sobre aqueles que são intencionalmente esquecidos. Agradeço a ocasião e prometo não hesitar. Não faz parte da nossa natureza desperdiçar oportunidades.

Baixada Cruel.

*“Lá no meu bairro,
se é que vou dizer assim,
quantos iguais a você
fez vários tão iguais a mim.”
(\$enhor – FBC)*

RESUMO

SILVA, Thales Oliveira da. **Baixada Cruel: Dialogicidade aliada à bagagem espacial como um arranque para uma aprendizagem significativa sobre Baixada Fluminense.** 2022. Monografia (Especialização) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho tratará sobre as possibilidades que a educação, amparada pelo ensino de Geografia, oferece para uma ressignificação do senso comum sobre a Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Por entender que após a localidade vivenciar um processo de intensa produção de seu território, com o fim dos latifúndios e o início dos loteamentos no século XX, se instaurou um ambiente repleto de nuances e contradições ligados ao abandono do aparelho estatal e a tomada de poder via violência pelo domínio direto de grupos paramilitares e instituições religiosas cristãs neopentecostais, que atingem progressivamente os poderes executivos e legislativos municipais a partir dos anos 1980. Tendo este plano de fundo definido, a pesquisa buscará entender como a, em tese, intencional dificuldade de acesso à memória sobre a Baixada Fluminense, associada a todos estes processos violentos e a dados socioeconômicos problemáticos geram um impacto na dignidade e na autoestima da população baixadense. Mas, dentro disso, como a Educação, sobretudo a Geografia, aliada à bagagem espacial do aluno e à pedagogia dialógica, produzindo uma educação significativa, podem ser um vetor de incentivo à mudança deste cenário, mesmo em um contexto de manutenção do precariado professoral, tão presente nos tempos atuais na Educação, especialmente a periférica. Desta forma, a pesquisa, sob a ótica de um pesquisador participante, tentará unir forças de grandes pesquisadores da Geografia e da Educação como Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Paulo Freire, David Ausubel, Claudivan Lopes e Rafael Straforini com outros grandes pesquisadores da Baixada Fluminense como José Cláudio de Souza Alves, Marlúcia Santos de Souza e Edileuza Queiroz, a fim de lançar luz em uma região tão rica quanto estigmatizada, e inserir cada vez mais tal região nos estudos científicos tal qual sua complexidade pleiteia.

Palavras-chaves: Baixada Fluminense, Ensino de Geografia, Violência, Autoestima, Pedagogia Dialógica.

Abstract:

The present work will deal with the possibilities that education, supported by the teaching of Geography, offers for resignification of common sense about the Baixada Fluminense, metropolitan region of Rio de Janeiro.

Understanding that after the location experienced a process of intense production in its territory, with the end of large estates and the beginning of subdivisions in the 20th century, an environment full of nuances and contradictions related to the abandonment of the state apparatus and the seizure of power was established via violence through the direct domination of paramilitary groups and neo-Pentecostal Christian religious institutions, which progressively reached the municipal executive and legislative powers from the 1980s onwards.

With this background defined, the research will seek to understand how the, in theory, intentional difficulty in accessing memory about the Baixada Fluminense, associated with all these violent processes and problematic socioeconomic data, generates an impact on the dignity and self-esteem of the population of Baixada Fluminense. . But, within this, as Education, especially Geography, combined with the student's spatial baggage and dialogic pedagogy, producing a meaningful education, can be a vector of encouragement to change this scenario, even in a context of maintenance of the teacher precariat, present in the current times in Education, especially the peripheral one.

In this way, the research, from the perspective of a participating researcher, will try to join forces of great researchers in Geography and Education such as Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Paulo Freire, David Ausubel, Claudivan Lopes and Rafael Straforini with others great researchers from Baixada Fluminense such as José Cláudio de Souza Alves, Marlúcia Santos de Souza and Edileuza Queiroz, in order to shed a light on a region that is as rich as it is stigmatized, and to increasingly insert this region in scientific studies as its complexity claims.

Keywords: Baixada Fluminense, Teaching Geography, Education, Territory, Violence, Self-esteem, Dignity, Extermination Groups, Neo-Pentecostal Churches, Teacher Precariat, Space Baggage, Dialogical Pedagogy, Meaningful Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 BAIXADA FLUMINENSE: O DESPREZO ABRINDO ALAS PARA A VIOLÊNCIA.....	11
2.1 Histórico.....	14
2.2 Violência e desdobramentos.....	17
2.3 Análise de dados sobre a Baixada Fluminense.....	20
2.4 A Autoestima.....	26
2.5 A Memória.....	31
3 BAIXADA DE CÓCORAS? NÃO. BAIXADA DE PÉ: UMA REFLEXÃO EDUCACIONAL.....	35
3.1 A Educação como vetor de transgressão.....	45
3.2 A Bagagem espacial ligada à prática escolar de ensino de Geografia.....	47
3.3 Pedagogia dialógica.....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5 BIBLIOGRAFIA.....	66

1. INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense se apresenta para a pesquisa acadêmica com uma infinidade de possibilidades, sobretudo quando se analisa a sua extensão dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro e o seu histórico de ocupação, seja este indígena, negro ou branco, dos tempos mais remotos até os dias atuais. A esfera de assuntos possíveis, exequíveis e latentes é vasta e profunda, porém não se verifica tamanha presença na academia, a exploração científica da Baixada adquire certos padrões e estereótipos ao longo das décadas do século XX, salvo exceções de pesquisadores que figurarão neste trabalho, e somente ganha uma carga numerosa de atenção, seriedade e originalidade dentro da ciência com a ascensão do baixadense à Universidade no século XXI.

Desta forma, o estudo sobre a Baixada Fluminense se manifesta como necessário em uma escala pessoal e profissional e durante esta pesquisa será percebido por inúmeras vezes essas escalas dialogando e se entrelaçando. Todo esse cenário se apresenta como inédito na carreira deste professor de geografia e a possibilidade de falar sobre a Baixada Fluminense acontece depois de 26 anos de vida, todos estes em Belford Roxo e Duque de Caxias. Depois de uma passagem por uma grande Universidade do Rio de Janeiro, dentro de um curso de graduação em que o debate sobre o território e a relação com o lugar se ostentam como pontos centrais, mas também onde a expressão “Baixada Fluminense” não foi ouvida nenhuma vez, mesmo sua casa estando a vinte quilômetros dali e vários trabalhadores que compõem a força braçal daquele centro científico serem oriundos de lá.

Dentro dessa esfera científica, a Baixada Fluminense se exhibe como uma região do Rio de Janeiro repleta de nuances. A preocupação com a relação entre a Baixada e a ciência se vale quando o cotidiano da população, que dialoga diretamente com o lado pessoal desta pesquisa, verifica uma série de contradições aliando-se com tais nuances, especialmente desde que seu território passou a ser mais intensamente produzido, no início do século XX, com o fim dos latifúndios e o início dos loteamentos, dialogando diretamente com a industrialização brasileira e a atração populacional ao Sudeste, ligada em partes com o êxodo rural ocorrido na época, estando assim conectada com o processo de metropolização do Rio de Janeiro.

A pesquisa se desdobrará inicialmente na busca pelo entendimento deste momento da Baixada Fluminense, passando pelo abandono do aparelho estatal e pelo consequente domínio direto de grupos paramilitares na região. Entende-se que o estudo sobre este movimento, ligado a ascensão dos grupos de extermínio de um poder local à chegada aos poderes executivos e legislativos municipais desde o final dos anos 1980, somada à ascensão de instituições religiosas cristãs, sobretudo neopentecostais, que verificam também um controle territorial, são um gigantesco ponto de partida para o entendimento da atual Baixada Fluminense, sendo uma base necessária para qualquer investigação sobre a região. O ensaio aqui produzido passa necessariamente pelo viés da violência.

Soma-se a todas essas circunstâncias - já extremamente problemáticas - outros fatores como a, em tese, intencional dificuldade de acesso à memória sobre Baixada Fluminense, verificada na baixa presença de aparelhos de exaltação memorial e, sobretudo, no não incentivo estatal à ocupação e compartilhamento desses aparelhos. Todos esses movimentos geram uma hipótese de quanto essas ações nefastas sumariamente impactam a dignidade e a autoestima da população baixadense, que frequentemente é observada depreciando o seu lugar e ocultando a sua origem.

No desenrolar desse pensamento se entenderá a educação como um potencial modificador desse cenário, mas antes disso será necessário a reflexão sobre como toda a educação também se afeta por esse processo local, para além de toda a relação com os outros processos inerentes à própria educação em uma escala macro. É necessário, portanto, discutir sobre como instituições como o Estado, a igreja, a polícia, o tráfico em uma esfera periférica atuam sobre as instituições de ensino, mas, principalmente, como estes estão na cabeça dos alunos antes e durante o processo de ensino e aprendizagem.

Faz-se necessário também entender como o movimento do precariado professoral se apresenta como algo extremamente problemático para com a educação, e nesta pesquisa, como tal movimento se manifesta no pessoal, me entendendo dessa vez em um segundo momento de identificação com a Baixada Fluminense, como tal precariado aliado ao mercado de trabalho e ao sistema econômico vigente se entrelaça, dificulta e desmotiva a trajetória pessoal de um professor de geografia periférico, concentrando seu trabalho em Belford Roxo e Duque de Caxias. Junto a isso, compreender como as escolas se mostram no processo de

ensino e aprendizagem como refém desse movimento, mas também, em diversos momentos, como um vetor desta problemática, tal qual o verdadeiro padrão que são.

Vale ressaltar, após essa série de reflexões e aprofundamentos, que a busca por um processo de reversão deste cenário na Baixada Fluminense é posta e entendida aqui pelo grande potencial transgressor da educação. Uma grande contribuição da geografia para esse tema é a possibilidade de uso da bagagem espacial do aluno, trazendo este para o centro da discussão, o colocando como protagonista do ensino e aprendizagem e não somente como um mero receptor. A busca por entender como a bagagem espacial se verifica como um vetor de mudança no quadro local se coloca como um dos pontos centrais da pesquisa.

Outro ponto central é a combinação do uso dessa bagagem espacial - e toda a contribuição que a experiência dos discentes tem com a sala de aula - com a pedagogia dialógica pela visão freireana. Essa combinação é feita devido a percepção de que somente o uso da bagagem espacial se torna insuficiente, entendendo que o diálogo aliado da linguagem possivelmente adentra esse processo de forma mais incisiva e questionadora. Junto a este cenário se buscará entender a possibilidade que essa combinação se apresenta para produzir uma educação significativa, aos moldes de Ausubel, e assim, como essa educação significativa poderá produzir novas interpretações sobre Baixada Fluminense, não a romantizando, mas a interpretando de uma nova maneira, valorativa tanto quanto crítica, combativa à baixa autoestima e incentivadora à produção de memória.

Entre esse processo se discutirá uma prática educacional com foco em Baixada Fluminense aplicada a todo o segundo segmento do Ensino Fundamental da qual todo o embasamento teórico é calcado na bagagem espacial do aluno, na pedagogia dialógica e na produção de uma educação significativa. Prática essa que aplico em diferentes escolas da Baixada Fluminense, gerando ímpares interpretações cada uma, mas que aqui se focará em um caso de aplicação em uma escola de Belford Roxo do qual uma série de interpretações, acontecimentos e discussões foram geradas e dialogam diretamente com o presente trabalho e com os conceitos fundamentais para tal.

Assim, destaca-se que esta pesquisa tem como objetivo identificar e demonstrar como as práticas específicas da educação e da geografia podem gerar uma maior reflexão e entendimento sobre o território da Baixada Fluminense, apresentando inicialmente as

dinâmicas que regem a região, relacionando-as a processos inerentes à educação e com a experiência do pesquisador, que atuará como observador e participante, muitas vezes com falas em primeira pessoa. Todo esse movimento passará por reflexões acerca da forma que temas como o histórico do pós ocupação em massa da Baixada Fluminense, a violência em vários sentidos relacionada a esse momento, os dados sobre a localidade, a autoestima e a memória local do baixadense se relacionam com a problemática da pesquisa, e como a educação aliada à geografia, estreitando laços na relação entre professor e aluno, usufruindo da bagagem espacial deste aluno, relacionando-a com a pedagogia dialógica, produzindo uma educação significativa por meio de práticas escolares, podem ser um vetor para a transgressão deste quadro complexo e questionável.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2021 e 2022 e tem como recorte espacial a região da Baixada Fluminense sob a ótica de Alves (2020), que observa a região a partir da violência. O recorte inclui, portanto, os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. Justifica-se a necessidade desta pesquisa por assim entender o potencial que a educação e a geografia possuem para, em conjunto, atuarem promovendo e incentivando a reflexão, a atuação e o questionamento sobre a Baixada Fluminense, usando de suas ferramentas e possibilidades para tal.

Para isso foi feito um levantamento bibliográfico sobre conceitos e temas que dialogam com a pesquisa, utilizando-os diretamente na produção e, dentro disso, diálogos informais diretos com pesquisadores locais que têm como foco a Baixada Fluminense devem também ser mencionados como uma ferramenta extremamente esclarecedora e engrandecedora que contribuíram para a realização deste trabalho.

Junto a isso, outra ferramenta que promoveu contribuições para esta pesquisa foi o uso da vivência do pesquisador e das redes que este fez como morador e como professor de dois municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias e Belford Roxo, promovendo uma análise mais pessoal, entendida grandemente como motivadora deste trabalho, trazendo um caráter mais fidedigno e qualitativo para o processo, justificando a necessidade do uso da fala em primeira pessoa em alguns momentos.

Reforça-se, portanto, que dentro desta pesquisa o autor se comporta como um hermenauta dentro do desenvolvimento da abordagem, por se entender como sujeito e objeto

da análise como um todo, dada as identificações que são adquiridas no que é apresentado em sala de aula com aquilo que dialoga com a sua vivência

Portanto, a análise do que é observado em sala de aula pelo pesquisador acaba por ser metodologia e também instrumento de motivação para a pesquisa, sendo válido mencionar que um projeto desenvolvido por tal pesquisador e aplicado em escolas desde antes do desenvolvimento deste trabalho, quando registrado por fotografias e vídeos em sua última aplicação, foi proibido de ser trazido para o estudo de maneira autoritária pela instituição em questão, sendo necessário uma adaptação para tal prática ser possibilitada de figurar neste estudo, sem fazer qualquer menção aos atores daquela comunidade escolar em questão, assunto que será trabalhado no segundo capítulo.

Por fim, esta pesquisa utilizou, principalmente, das contribuições de José Cláudio Souza Alves (2020) para o entendimento do processo de violência na Baixada Fluminense, juntamente de Marlúcia Santos de Souza (2002) para entender as dinâmicas do processo de formação da região no momento pós loteamento em massa. Contribuem para esta pesquisa Rogério Haesbaert (2014) e Marcelo Lopes de Souza (2015) para a discussão sobre o território, Jacques Le Goff (1990) e Luiz Carlos Flávio (2013) para a reflexão sobre memória, Antônio Isidro da Silva e Geison Isidro Marinho (2002) para a abordagem sobre autoestima. Danilo Fiani Braga (2012) para a reflexão das estratégias territoriais das Igrejas Evangélicas Neopentecostais, Amanda Moreira da Silva e Vânia Cardoso da Motta (2019) para o diálogo sobre precariado professoral, Claudivan Sanches Lopes (2012) e Rafael Straforini (2021) para as contribuições da bagagem espacial do aluno, Paulo Freire (2019) para a apresentação da pedagogia dialógica e David Ausubel (2000) para consolidar a aprendizagem significativa.

2. BAIXADA FLUMINENSE: O DESPREZO ABRINDO ALAS PARA A VIOLÊNCIA

Um dia em um bar em Duque de Caxias se ouviu de um homem já visivelmente alterado que “quem nasce na Baixada Fluminense tem que ser inteligente e bom de briga”. Tanto a inteligência quanto a capacidade de se defender tem relação direta com a sobrevivência. Isso pode ser um choque para quem observa este acontecimento de fora, mas analisando os processos de surgimento da Baixada e os subsequentes acontecimentos, a fala e a análise fazem total sentido. Pesquisar esta localidade pode ser ameaçador, mas não é esta visão que aqui será central, esta estará como uma ponderação, um lembrete. O foco fica com as possibilidades de mudanças que surgem apesar deste histórico violento. Porém, de início é interessante entender como se chega até aqui.

A Baixada Fluminense é um território bastante amplo, tanto física como epistemologicamente, sendo observado e estudado por vários segmentos da ciência. É possível fazer um ensaio analisando a ótica da história, ou talvez da geografia – lida friamente como “natural” –, um estudo sociológico, cultural, uma investigação da violência ou mesmo uma exaltação da Baixada Verde (Fogaça, 2020). As perspectivas são amplas, como alguns autores nos apontam.

Os limites da região são por diversas vezes movidos de acordo com falas equivocadas, interesses ou mesmo falta de conhecimento. Há de se concordar que, como citado, algumas interpretações são feitas, porém jamais deve-se entender a colocação de, por exemplo, um bairro limítrofe da cidade do Rio de Janeiro que apresenta negativas problemáticas como parte da Baixada “por acaso”, o aspecto geográfico acaba se relacionando com o político e com o social na construção de fronteiras não muito precisas (Alves, 2020).

Dentre as concepções sobre o que se compreende como a Baixada Fluminense tem-se a visão lida por tantos estudiosos como puramente geográfica – o que aqui se discorda por entender que a Geografia não se resume ao que é difundido erroneamente como “Geografia Natural”, divisão contestada por nós geógrafos há décadas – correspondendo à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro (Geiger; Santos, 1955, p. 292-293 *apud* Alves, 2020, p. 69).

Percebe-se, com essa interpretação, a impossibilidade de se operar uma reflexão direta sobre a Baixada com tamanha extensão territorial, entendendo que municípios fixados fora da região metropolitana, atingindo o Norte, a região dos Lagos e a região Serrana Fluminense, reproduzem outras tantas dinâmicas que não as compreendidas como particulares da Baixada Fluminense.

Silva (2013) enriquece essa discussão trazendo exemplos de autores que trabalharam também sob diferentes óticas a “banda ocidental da baía de Guanabara” – ou Periferia, Região Metropolitana, Grande Iguassu, Recôncavo da Guanabara (2013, p. 48). Primeiramente, a visão do geógrafo Manoel Simões coloca como foco de sua análise as emancipações municipais ocorridas a partir de Nova Iguaçu, na sua tese intitulada “Cidade Estilhaçada”. No ano de 2006, outra ótica foi construída, o historiador Alexandre Marques apresentou a visão da Baixada Fluminense segundo seu processo de ocupação.

Adicionando a este processo, Simões apresenta as definições de Baixada Histórica, Baixada Política e Baixada Geopolítica (apud Silva, 2013). Maria Therezinha de Segadas Soares (1955), em uma visão lida como geográfica, aponta a Baixada restrita à região do entorno da Baía de Guanabara: indo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí (Alves, 2020). Já a Fundrem, Fundação para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, classifica a Baixada como parte das Unidades Urbanas Integradas de Oeste, segundo os graus de urbanização e densidade populacional (Ibidem, p.69).

Verifica-se, como já dito, que a noção que é atribuída sobre a região da Baixada Fluminense varia de acordo com o objetivo e as intenções da análise em questão. Por isso, os municípios que a compõem poderão não seguir uma lógica única, alterando o seu número de acordo com a ótica utilizada. Nesse caso, a definição de Baixada utilizada será a proposta por José Cláudio Souza Alves (2020), observando a região segundo à violência, por entender que a violência perpassa uma série de outros nichos de análise, conduzindo diversos acontecimentos da região, e exaltando em diversas práticas o senso de sobrevivência.

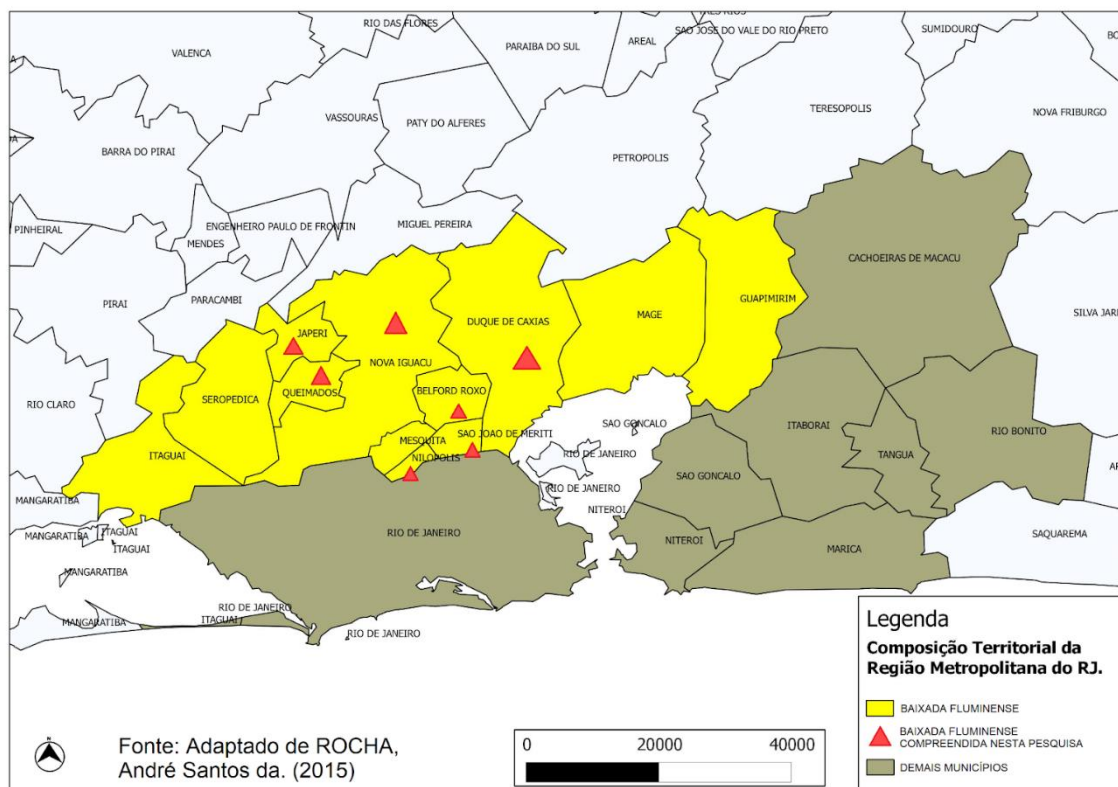
Ressalta-se que o presente estudo não tem seu foco direto na violência, mas entende que esta é uma peça fundamental para se entender os tantos processos que ocorrem na região que serão analisados na sequência.

(...) a definição de Baixada se dará tendo em vista a questão da violência. Nesta definição, entram os elevados índices de homicídios, matéria-prima a partir da qual

se produziu a vinculação da região com a violência, sobretudo através dos meios de comunicação. Neste sentido, a Baixada Fluminense aqui empregada se aproximaria das UUUIO [Unidades Urbanas Integradas de Oeste] elaboradas pela Fundrem, compostas pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. (ALVES, 2020, p. 70)

Também vale ressaltar que a Baixada é amplamente considerada com 12 ou 13 municípios, adicionando à lista anterior Mesquita, Seropédica, Paracambi, e até mesmo Guapimirim, Itaguaí e Itaboraí. A adoção para este estudo da visão pela violência proposta por Alves impede a adição dos últimos municípios citados devido estes apresentarem outro panorama em relação a ideia central e, por muitas vezes, como o caso de Guapimirim e Itaboraí, dialogarem muito mais com contextos de outras regiões fluminenses.

Mapa 1 - Localização da área compreendida como Baixada Fluminense nesta pesquisa.



Fonte: ROCHA, André Santos da. (2015) [Adaptado]

Para além de entender o que é Baixada Fluminense, se faz necessário apresentar como se dá o contexto de povoamento em massa dessa região e, junto a isso, como os aspectos inerentes a esse povoamento ditam uma lógica desde os tempos de ocupação até os dias atuais.

2.1 Histórico

A Baixada apresenta um passado riquíssimo, tendo nos seus primórdios uma ocupação caçador-coletores Sambaqui e mais recentemente uma ocupação Tupi, além da chegada dos europeus ser marcada pelo encontro com os Tupinambás. A região, devido sua posição geográfica, foi marcada por ser uma zona de entrada dos europeus para o continente, pelo conflito entre portugueses e franceses, pela extração de Pau-Brasil, e uma posterior divisão em sesmarias para a produção de cana-de-açúcar (Souza; 1995, 2002), ou seja, participando intensamente dos ciclos econômicos brasileiros. Fato que se confirma na sua contribuição como zona de escoamento durante o ciclo da mineração, no ciclo do café e pela presença de estradas de ferro durante o Segundo Reinado.¹

Não é o foco desta pesquisa a abordagem desses momentos, sobretudo por tais temas apresentarem uma menor relevância quando o foco é a análise da Baixada Fluminense sob o viés da produção urbana e suas problemáticas, incluindo a violência habitual. É esse novo surgimento da Baixada, no século XX, e seus desdobramentos que esta pesquisa irá se debruçar.

A Baixada Fluminense assumiu sobretudo na virada do século XIX para o século XX uma característica rural, onde prevaleceu principalmente a citricultura. Porém, na transição do Império para a República se iniciou uma mudança na configuração de seu território, ocasionando uma transformação de panorama, fato acentuado nos anos 1950 até os dias atuais (Souza, 2002). Alguns elementos detalhados por Marlúcia de Souza (2002) ajudam a entender como ocorreu essa passagem de contexto rural para urbano.²

Os acontecimentos que proporcionaram a transição de um cenário rural para urbano tem relação direta com os investimentos públicos modernizantes Vargasistas e Amaralistas pós 1930 na região, favorecendo a ocupação urbana na localidade, revalorizando a terra e atraindo empresas loteadoras. A fragmentação de Nova Iguaçu em novos municípios como: Duque de Caxias (1943), São João de Meriti e Nilópolis (1947), Queimados e Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999), a crise europeia e a Segunda Guerra Mundial

¹ Todos esses ricos momentos já foram e continuam sendo imensamente estudados por pesquisadores de dentro e de fora da região, onde destaca-se os que atuam no Museu Vivo do São Bento, dando ênfase à Mestra Marlúcia Santos de Souza, Coordenadora Geral do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias.

² É válido ressaltar a dimensão da relevância dos laranjais, estamos falando da principal produtora de laranjas do país, responsável pela exportação para a Argentina e Europa, trazendo junto a isso tudo que tamanha relevância poderia proporcionar (Souza, 1992).

inviabilizaram a exportação pelo Atlântico, levando a citricultura a uma crise, seguido de apodrecimento e proliferação de pragas e doenças. Todo esse cenário propiciou o retalhamento de propriedades rurais, e a incorporação da região ao aglomerado urbano do Grande Rio transformando a paisagem em bairros de loteamentos para trabalhadores pobres (Souza, 2002).

Além do saneamento, a abertura da Estrada Rio-Petrópolis, os investimentos realizados pelo Governo Vargas na região e a proximidade da cidade do Rio de Janeiro, facilitada pela Estrada de Ferro da Leopoldina, favoreceram um processo acelerado da ocupação urbana em Caxias a partir dos anos 30. (SOUZA, 2002, p. 70)

Duque de Caxias aparece como um exemplo fundamental desse momento de transição de cenário, território e paisagem no estudo de Souza, desenvolvendo desenfreada e desorganizadamente uma série de bairros e obtendo consequências imediatas ligadas também à sua centralidade local.

Os anos 1940 e 1950 são caracterizados pelo apoderamento de localidades recém aterradas em habitações modestas e quase sempre improvisadas, onde grande parte da população da Baixada habitava, sendo tais localidades bairros populares e/ou favelas, excetuando-se os bairros destinados à classe média, como o 25 de Agosto em Caxias (Lacerda, 2001). Percebe-se portanto, que como um todo, a Baixada Fluminense já se apresentava como um território hostil.

Além do baixo poder aquisitivo, as famílias enfrentavam condições de vida adversas: fétidas e insalubres “valas negras”; lixo acumulado em terrenos baldios; tratamento médico ou internação em hospitais públicos do então Estado da Guanabara, diante da ausência de um sistema de saúde na região; filas intermináveis nas poucas escolas públicas, com vagas inferiores à demanda e sem programas de alfabetização de adultos; ruas sem calçamento (alternando poeira e lama), mal iluminadas e perigosas à noite; consumindo “água salobra” ou “água de poço”; e inúmeras outras necessidades básicas não resolvidas. Essa violência social não repercutia devidamente na imprensa carioca, que enfatizava os índices de criminalidade - fartamente noticiados nas páginas policiais dos jornais populares. (LACERDA, 2001, p. 29).

É válido ressaltar que o contexto da ocupação vivia um momento de explosão demográfica e crescimento desordenado: a urbanização era expandida rapidamente, o trem

da Leopoldina e a proximidade da cidade do Rio de Janeiro se mostravam como uma combinação do local de trabalho com uma localidade de menor custo de vida em relação à capital. De certo, essa proximidade não era tão contígua, sobretudo dependendo do lugar em que a família se situava, já que o transporte apresentava vários problemas e se mostrava sempre abarrotado e o valor baixo para se estabelecer moradia se justificava pela péssima condição de vida.

Souza (2002) afirma que existiu uma ideia de que a mudança urbana vivenciada pela Baixada Fluminense foi caracterizada como um momento de vazio de poder, no que a autora chamou de “pura expressão da decadência”. A linha de entendimento aqui apresentada está em pleno acordo com a autora, partindo epistemologicamente do conceito geográfico de território.

A situação da vida dos baixadenses naquele momento, segundo Lacerda (2001), incrementou o quadro de violência social. Os tormentos citados, aliados à ausência do poder público na região, formavam uma ocasião favorável para o crescimento da violência. Dentro disso, entende-se, em tese, que o Estado juntamente à segurança pública não se faziam presentes na Baixada Fluminense. Porém, o “vazio de poder”, ou seja, uma zona com ausência de algum tipo de autoridade ou controle, dificilmente aconteceria.

Segundo Rogério Haesbaert:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2014, P. 57).

Dessa forma, torna-se impossível o surgimento de um vazio de poder. A oportunidade do controle territorial nessas condições só apresenta uma maneira: a violência. Definida por Alves (2020) como “toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais”. Tal violência se torna tão cotidiana que toda sua prática se apresenta na visão local como algo habitual, corriqueiro e fadado a acontecer.

Frisa-se as históricas formas de violência ocorridas na Baixada: desde a dominação dos senhores de engenho e todos os grupos e setores sociais atingidos por ela: escravos, pobres, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, arrendatários, trabalhadores

urbanos, negros e jovens - vítimas preferenciais das execuções sumárias, os grupos políticos derrotados, população desassistida pelo Estado etc (Alves, 2020, p. 73).

2.2 - Violência e desdobramentos

Apesar do histórico longo e cruel da violência na Baixada Fluminense, nesse momento, se atentará para a violência - ou tipo de violência - praticada dos anos 1960 até hoje, assim como a mudança na sua forma com o passar dos anos e seus desdobramentos. Essa violência é, sobretudo, caracterizada por execuções sumárias praticadas por grupos de extermínio.

Analisados em si mesmos, estes grupos de extermínio poderiam ser definidos como um “sistema de justiça privada”, resultado de percepções generalizadas da incapacidade do Estado de controlar o problema do crime. Podem ser também fruto da rarefação da presença do Estado na periferia social ou da percepção realista dos vieses discriminatórios que contaminam a ação da autoridade nessas comunidades. Uma polícia alternativa operando em maior ou menor conformidade às regras nativas e que garante proteção a vidas, propriedades e identidades locais. No recurso a estes grupos estaria uma rígida separação entre o público e o privado, segundo o qual conflitos domésticos e de vizinhança não devem sofrer intervenção da esfera pública. Uma lógica excludente e particularista que prefere a ordem à margem da lei do que a desordem sob um Estado ineficiente. Uma ordem estruturada a partir de fatores culturais que passam a demandar atuações arbitrárias, já que o sistema de justiça criminal é tido como preconceituoso, enviesado e arbitrário na provisão de justiça e paz. (ALVES, 2020, P. 75).

Dessa forma, a Baixada Fluminense foi marcada por décadas - e se pode dizer que ainda é - pelo seu histórico de violência, impulsionado pelos crimes cometidos e, principalmente, pela propagação feita pela imprensa carioca (Enne, 2002). É nesse momento que títulos como “região mais violenta do mundo” começam a aparecer na imprensa, o que contribui para conceber uma imagem externa sobre a Baixada.

Grupos e personagens associados à execuções sumárias despontam cada vez mais na região. É importante frisar que neste momento de *boom* da violência e da ineficiência da máquina pública, tais grupos acabam por receber um apoio popular: Figuras entendidas como “matadores” ganham prestígio por, em tese, promover a segurança local. Esse respaldo da maioria é entendido por Alves (2020) como “totalitarismo socialmente construído”, e a normalização do absurdo como a reação desproporcional, o entendimento que um indivíduo

logo será assassinado por x ou y motivo, a repressão às drogas - seja traficante ou consumidor -, a valorização do tradicional, da família, do culto ao respeito e da não possibilidade de errar, se tornam extremamente frequentes.

Torna-se necessário a reflexão sobre a concepção de “ausência do Estado”, isto é, a ideia de que essa barbárie civilizatória acontece pelo Estado se fazer omissos, como se este se virasse e ignorasse por completo o que acontece na região. Nos dias atuais se percebe que os grupos de extermínio foram o embrião do que conhecemos como milícia, nome dado à aliança paramilitar feita entre criminosos, políticos e policiais corruptos - podendo estar nessa equação outras figuras populares como líderes religiosos -, verificando-se, portanto, a presença direta do Estado nas mais variadas formas de atuação.

Para além disso, a ascensão e a chegada à política de diversos matadores da região provam a consagração de líderes de grupos de extermínio ao poder local, a relação destes com a máquina pública cooperou com a ideia de que a violência pode ser transformada em credencial política apta a conduzir seus operadores e os esquemas que lhe dão suporte aos postos-chave dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Alves, 2020).

Marcelo Lopes de Souza, em uma leitura sobre a territorialização do espaço, contribui no entendimento sobre as motivações para um possível domínio de um território, ao afirmar que:

O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão; podem ter a ver com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; podem ter ligação com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (ou, mais especificamente, entre um grupo e objetos geográficos determinados, como um santuário ou símbolo “nacional”) (SOUZA, 2015, P. 88).

Com o auxílio de Alves (2020), consegue-se perceber os ensejos que levam matadores relacionados ao poder local ascenderem para um poder público:

A rápida reincorporação urbana da Baixada e seu intenso processo de loteamento a partir dos anos 1930; a concentração populacional e, conseqüentemente, eleitoral nas suas terras; seu caráter estratégico frente aos outros grupos políticos dominantes tanto na esfera estadual como federal; a interferência da ditadura

militar pós-64 no poder local e a atomização das relações sociais resultante do abandono do Estado (ALVES, 2020, P. 77).

Tais motivações e acontecimentos fazem a Baixada passar de um território promotor de grupos de extermínio nos anos 1960, 70 e 80 para um território ainda controlado por tais grupos nos anos 1990, para dali em diante ser dominado por vias legais e ilegais. A promoção dos criminosos à política local acaba por rotular a região e, com a ascensão da milícia nos anos 2000 até os dias atuais, a sensação de catividade é desmedida.

O sentimento de impunidade e de perda de território, ou talvez de ser refém desse território, se apresenta no cotidiano: desde a familiaridade com notícias de execuções sumárias, passando por tantos outros fatos, até o remanejamento grotesco do espaço.³ Souza (2015) argumenta que além da organização espacial estar sempre mudando, essa também é constantemente desafiada. Percebe-se que na Baixada ocorre o controle do território por grupos que seguiram avançando sobre o poder local, sendo um exemplo disso os matadores transmutando-se em políticos, assim como municípios dominados há décadas por uma só família, sobretudo na política. Nesse sentido, Souza chega a afirmar que um contraprojeto há de aparecer algum momento para trazer novas estruturas socioespaciais e novas relações sociais. No atual momento, para os cidadãos baixadenses, esse cenário pode ser visto com esperança, porém dada a articulação das redes presentes na região, tudo se torna mais difícil.

Todo esse contexto e os fatores de formação da Baixada trabalhados até aqui se manifestam de diversas outras formas, inclusive em dados sobre a atual situação dos municípios da região. E a leitura interpretativa desses dados, tendo a sua maioria uma amostragem das diversas problemáticas da região, nos ajuda a entender como o cidadão local percebe a Baixada Fluminense.

2.3 - Análise de dados sobre a Baixada Fluminense

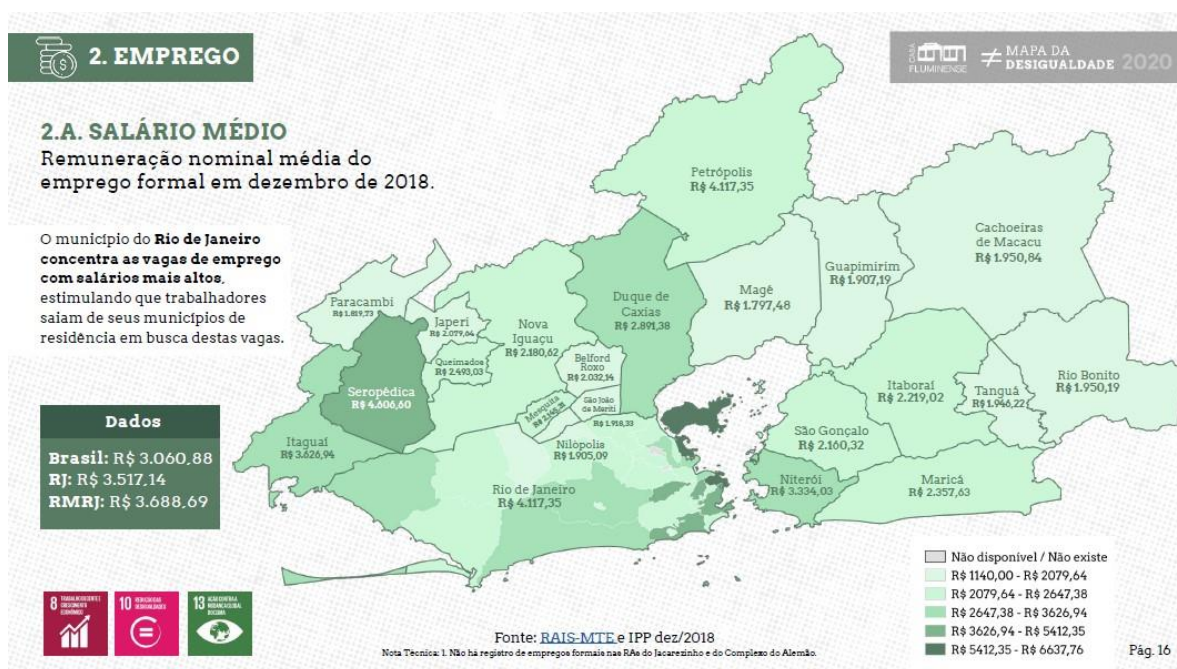
A análise de dados se faz importante porque é nela que se poderá comprovar e espacializar uma série de problemáticas ligadas à Baixada Fluminense e, com isso, entender

³ Como é o caso do Campo do Bomba no São Bento (Duque de Caxias), área de proteção ambiental que passa por aterramento nesse momento e que obtém autorização da própria prefeitura e patrocínio de empresários para isso. Tal ocorrência serve como exemplo de impenitência, pois além de ser uma APA, tal obra poderá, em alguns casos, aumentar a ocorrência de enchentes em diversos municípios da região (Casa Fluminense, 2021).

como a população é atingida pelos danos sociais inerentes à região, sobretudo no que se refere a itens e mecanismos básicos para uma vida digna. Abaixo estão, portanto, alguns dados que são entendidos como ilustradores destas situações.

Segundo o Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense (2020) em relação ao salário médio da região, o município que lidera a questão na Baixada - de acordo com os sete municípios aqui trabalhados - é Duque de Caxias, com apenas R\$ 2891,38 (dados de 2018), podendo se ter uma noção quando comparado com a capital, que apresenta R\$ 4117,35. Quando se fala em outros municípios da região a situação se agrava. Como exemplo disso, Nilópolis, com R\$ 1905,09. Outros municípios entendidos como Baixada Fluminense, sendo parte dos doze ou treze municípios geralmente entendidos como tal, apresentam também outras análises, como Seropédica, que se destaca com seus R\$ 4.606,60, tendo claramente relação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ali presente e, em contraponto, Magé com salário médio de R\$ 1797,48.

Mapa 2: Dados de salário médio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

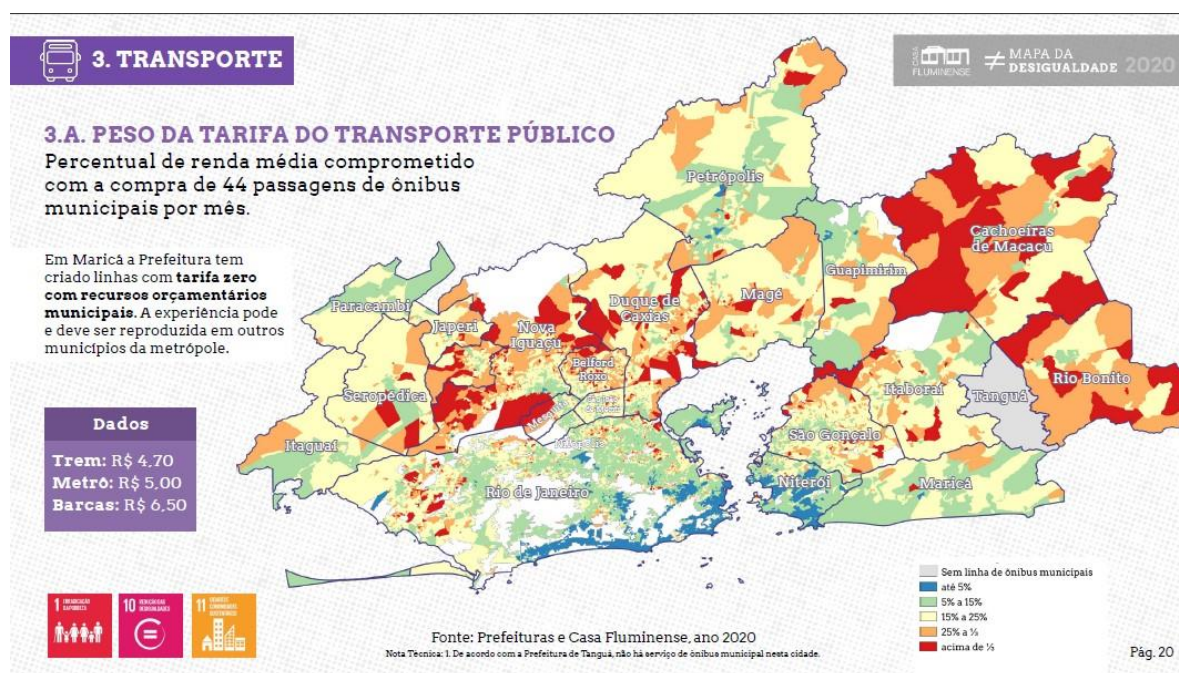


Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

Outro dado importante para perceber o entendimento geral da região e os movimentos feitos no território é o número de empregos formais por 100 habitantes. Apresentando em município (número de empregos/100) se tem Belford Roxo (6,4); Japeri (6,4); Nova Iguaçu

- um dos pólos econômicos da Baixada - (11,9); São João de Meriti (11,6); Nilópolis (11,2); Queimados (10,3); Duque de Caxias (16,0) - tendo relação com o pólo industrial da REDUC e também com seu centro comercial-. Esses dados (Casa Fluminense, 2020) comparados com o Rio de Janeiro com 33,9 empregos formais à cada 100 habitantes apresenta uma disparidade que justifica outro dado da Casa Fluminense sobre movimento pendular, onde 2 milhões de pessoas se deslocam por dia na região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo parte considerável vinda da Baixada Fluminense, na direção do trabalho que dificilmente se apresenta na sua região. Inclusive em um transporte que, por diversas situações, chegam a comprometer até mais de metade da renda média do cidadão baixadense de diversos municípios.

Mapa 3: Peso da tarifa do transporte público na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

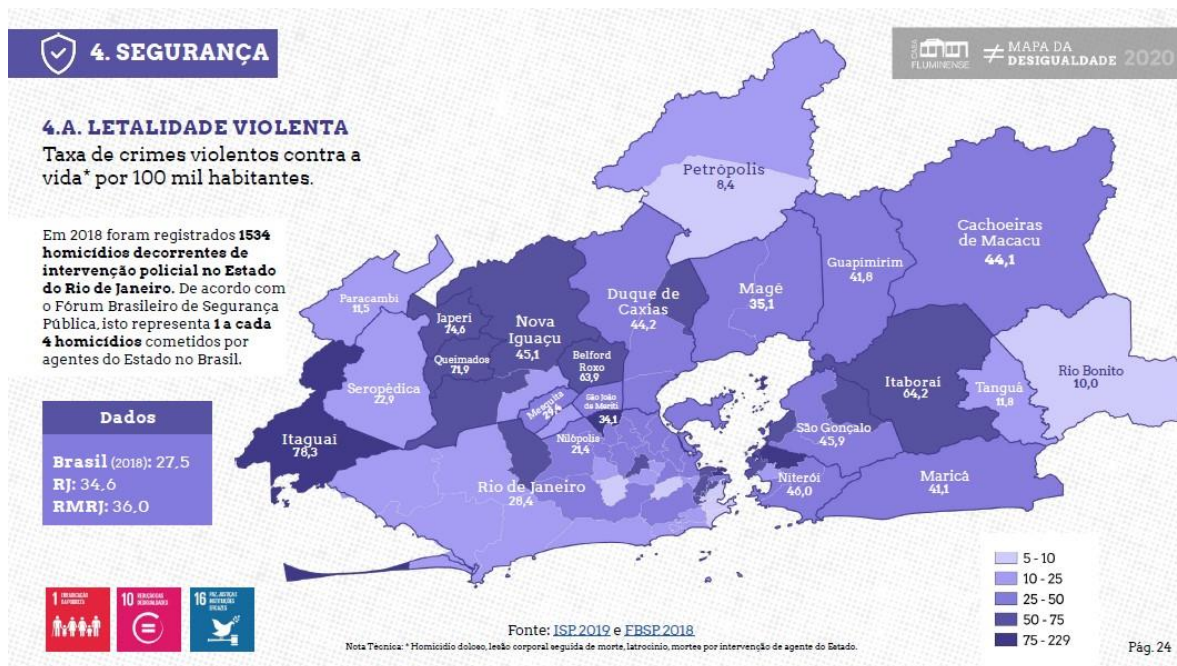


Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

Por muitas vezes associada ao desemprego, a violência apresenta dados atuais na Baixada que merecem atenção, ainda de acordo com o Mapa da Desigualdade feito pela Casa Fluminense (2020) a letalidade violenta, crimes violentos contra a vida - homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes por intervenção por agentes do Estado -, medida em taxa por 100 mil habitantes nos municípios da Baixada se apresentam hoje como: Duque de Caxias 44,2; São João de Meriti 34,1; Nilópolis 21,4; Nova Iguaçu 45,1; Belford

Roxo 63,9; Queimados 71,9; Japeri 74,6; quando a cidade do Rio de Janeiro se apresenta com 28,4; o estado se apresenta com 34,6; e o Brasil se apresenta com 27,5; percebe-se com isso números alarmantes que seguem dando à Baixada Fluminense o estigma de região violenta, mesmo tendo o Rio de Janeiro se apegado desse estigma desde os anos 1990 (Alves, 2020), a região reforça a problemática com os números.

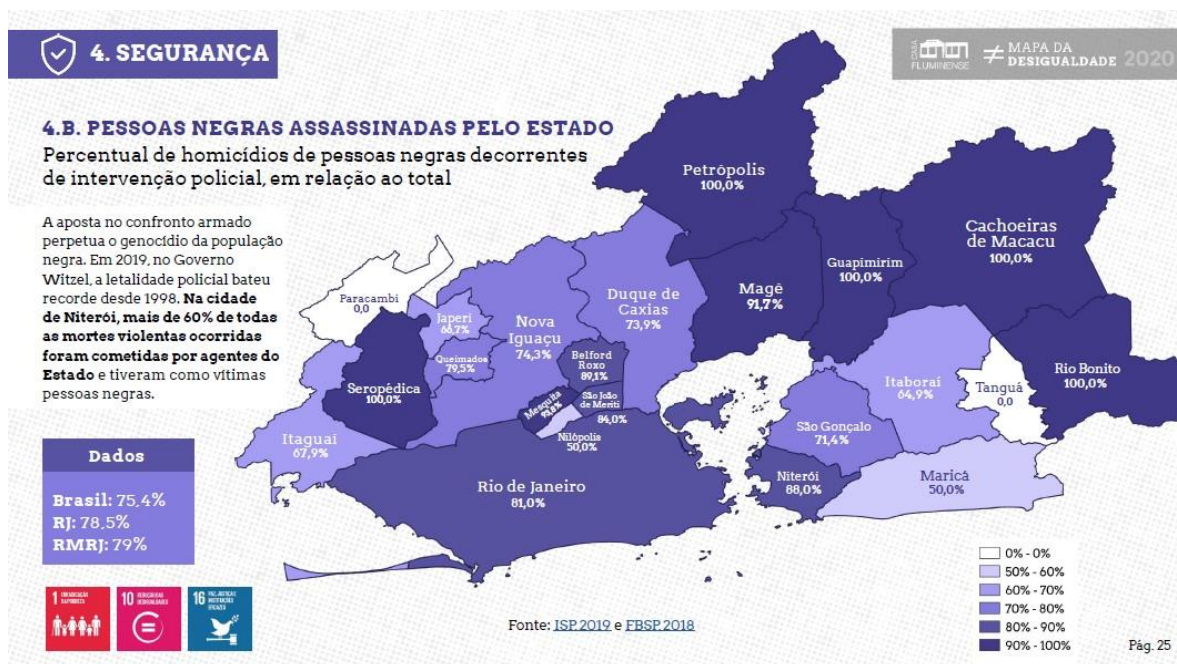
Mapa 4: Dados sobre a letalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

A situação se agrava quando o foco da análise da violência se torna a população negra. Segundo a própria Casa Fluminense (2020), a aposta no confronto armado perpetua o genocídio da população negra e, nos dados de pessoas negras assassinadas pelo Estado, podemos observar taxas alarmantes como 73,9% em Duque de Caxias, 84% em São João de Meriti, 89,1% em Belford Roxo, além dos municípios que figuram como parte da região da Baixada Fluminense em outras análises como 91,7% em Magé e grosseiros 100% em Seropédica. Novamente fazendo um contraponto com a cidade do Rio de Janeiro, o estado e o Brasil com, respectivamente: 81%; 78,5%; 75,4%. A situação não é nada convidativa, muito menos causa orgulho, nem incentiva a dignidade da população local.

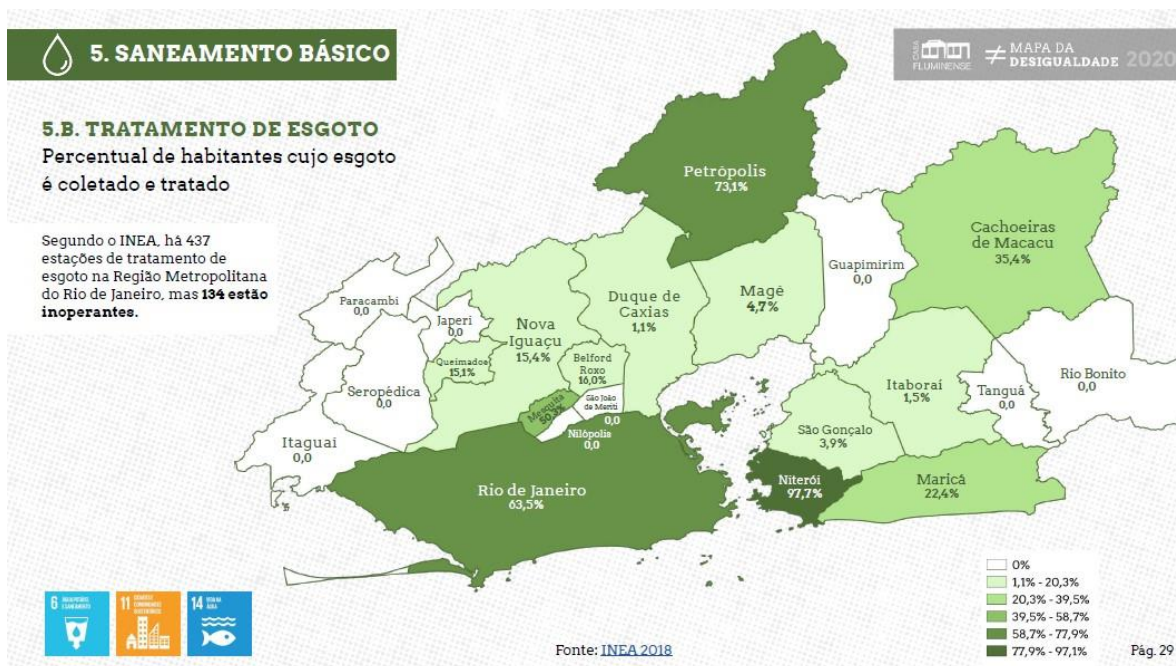
Mapa 5: Percentual de pessoas negras assassinadas pelo Estado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

Outro ponto analisado aqui pelo Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense (2020) é um assunto que é pauta na Baixada desde o processo de loteamento: o saneamento básico. Dentro desse assunto podemos verificar o tratamento de esgoto feito de forma mais que insuficiente na região, causando outro estereótipo da Baixada Fluminense, os rios poluídos tratados como valões, para onde escoam boa parte dos esgotos residenciais. Segundo os dados, o percentual de habitantes cujo o esgoto é tratado é de 1,1% em Duque de Caxias; 0% em São João de Meriti; 0% em Nilópolis; 15,4% em Nova Iguaçu; 16% em Belford Roxo; 15,1% em Queimados; e 0% em Japeri. Já o percentual de habitantes atendidos por rede de água - não considerando a qualidade da água e nem a regularidade do abastecimento - varia entre 97,7% em Nilópolis, considerando ser um município relativamente pequeno, e 72,4% em Japeri. Para reforçar a comparação é válido apontar que a cidade do Rio de Janeiro apresenta 63,5% de habitantes cujo esgoto é coletado e 97,4% de habitantes atendidos por rede de água.

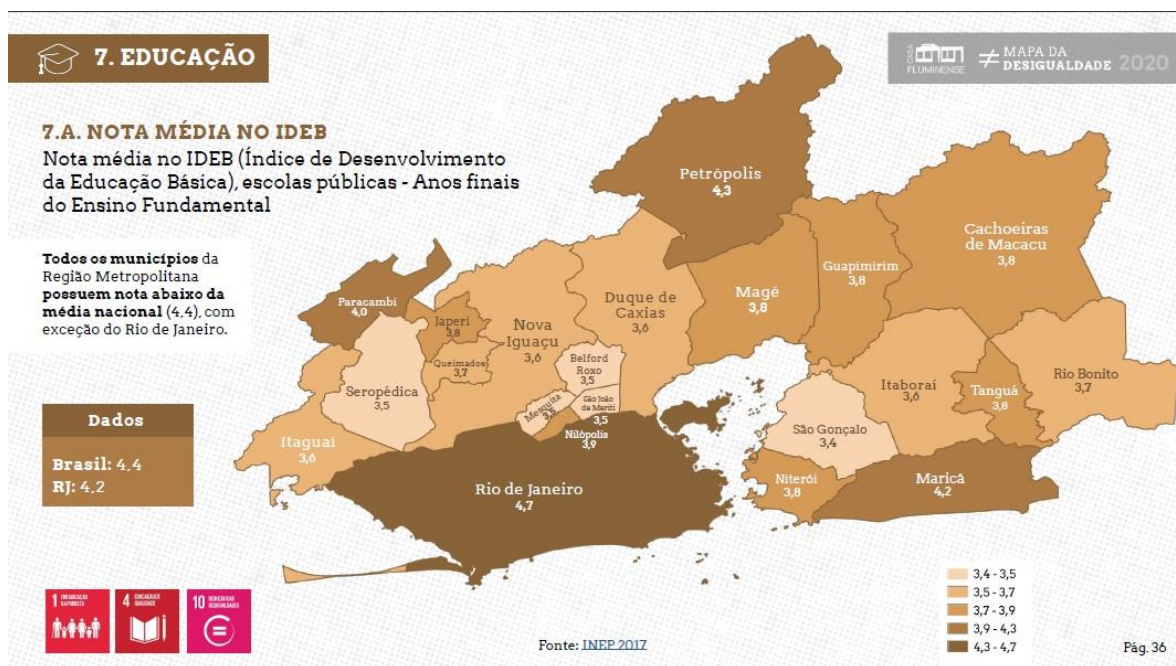
Mapa 6: Percentual de esgoto tratado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

Sobre educação, mais uma vez se traz dados negativos. Ainda de acordo com a Casa Fluminense (2020), a nota média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em escolas públicas nos anos finais do Ensino Fundamental se apresenta como 3,6 em Duque de Caxias; 3,5 em São João de Meriti; 3,9 em Nilópolis; 3,6 em Nova Iguaçu; 3,5 em Belford Roxo; 3,7 em Queimados; e 3,8 em Japeri. A média nacional é de 4,4 e a cidade do Rio de Janeiro apresenta 4,7. Percebe-se que todos os municípios da Baixada estão abaixo da média.

Mapa 7: Nota média no IDEB na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Casa Fluminense - Mapa da Desigualdade (2020). Acesso em: 12/09/2022

Na cultura, o percentual de despesas empenhadas nos orçamentos municipais varia entre 0,67% em Nilópolis e 0,01% em Queimados, valores ínfimos se comparados com a capital, que apresenta 0,68% de um orçamento geral muito maior. Além disso, quando se analisa a quantidade de museus - um grande vetor na divulgação de cultura e conhecimento -, a quantidade na Baixada Fluminense varia entre quatro em Duque de Caxias a zero em Japeri e Queimados, ao passo que no Rio de Janeiro existem 136. Acerca da disponibilidade de cinemas, o número varia entre 13 em Nova Iguaçu e zero em Queimados, Japeri e Belford Roxo (Casa Fluminense, 2020).

Finalizando a análise de dados com o setor da saúde, problema geral no estado e no país, o número de leitos hospitalares a cada 10 mil pessoas varia na Baixada de oito em Duque de Caxias a zero em Japeri, enquanto na capital se apresentam 10,5. Acrescento a isso à expectativa de vida, que é de 65 anos em Nilópolis e 58 anos em Queimados, enquanto a média do Brasil e do Rio de Janeiro é de 65 anos (Casa Fluminense, 2020).

Fica evidente como a contundência do dano que todos esses dados, via de regra, desfavoráveis, conseguem atingir o cidadão baixadense ou ao menos se imagina que a problemática gerada não se apresenta como simples. No dia a dia local é comum se ouvirem

frases depreciativas sobre o local de origem e a exaltação de locais externos, sobretudo a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro em uma escala regional. Também ocorre sobre localidades até mesmo fora do Brasil, em uma escala macro, que muitas vezes torna complexa a comparação.

Verifica-se, portanto, que um dos principais danos gerados pelos itens problemáticos analisados acima juntamente a todo o processo melindroso de formação da Baixada Fluminense trabalhado nas páginas anteriores geram uma grande adversidade na autoestima do cidadão baixadense. E esse processo de dano à autoestima, em tese, reverbera em tantas outras situações do cotidiano local.

2.4 - A autoestima

Não é difícil se ouvir pelos espaços da Baixada Fluminense questionamentos como “morar bem e morar mal”, falas sobre lugares “fadados ao fracasso”, “abandonados pelo poder público”, ou até mesmo “esquecidos por Deus”. Conversas descompromissadas abordando a Baixada usualmente tendem a culminar em falas depreciativas sobre o local, como por exemplo os nomes dos bairros que aparecem muitas vezes associados a algo ruim.

Mesmo para se fazer elogios, é comum se buscar uma referência externa e acrescentar posteriormente uma localidade da Baixada na frase, situando que a qualidade do que é tratado em questão tem um limite: o próprio local. Assim, alguém muito belo se torna rapidamente o “Brad Pitt de Caxias”, um bom estabelecimento se torna o “Walmart da Baixada”, um grande campeonato de futebol amador se torna a “*Champions League* do Pilar”, entre outros tantos exemplos. Percebe-se que o que é bom, belo e de qualidade segue um padrão globalizado, branco e eurocêntrico, onde a qualidade nunca está aqui, mesmo tendo inúmeros exemplos de pessoas, profissionais, localidades e acontecimentos surgidos na Baixada Fluminense com extrema qualidade.

A forma que a imprensa alimentou negativamente o imaginário da população durante o século XX e XXI sobre a Baixada Fluminense, como destacado por Enne (2002), trouxe consequências para o tratamento local também de “fora para dentro”, os moradores da Baixada, e eu me incluo nisso, se acostumaram a lidar com falas e atitudes extremamente

nocivas por parte de pessoas de fora da Baixada, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro. Falas como “tinha que ser da Baixada”, vagas de emprego que descartam quem daqui vem - causando um grande fenômeno de pessoas mentindo sua moradia em seu currículo -, linhas de ônibus que inexistem à noite e nos fins de semana entraram na rotina do cidadão local.

Faz-se necessário um breve mergulho no mundo da psicologia para entender como toda essa problemática afeta os processos de subjetivação e como isso irá implicar no tratamento do espaço e na educação desses sujeitos. Torna-se primordial o entendimento sobre a autoestima, analisando as contribuições de Felicissimo (2013):

O conceito de autoestima reflete o senso pessoal de seu próprio merecimento. O sentido global da autoestima envolve avaliações do grau em que as pessoas sentem que são amáveis, competentes, moralmente valiosas e capazes de afetar a própria vida. (FELICISSIMO, 2013, p. 121).

Avaliar o seu próprio merecimento aparenta, portanto, ser algo inerente da mente humana, por mais cruel que possa aparentar ser essa ideia socialmente introjetada pela colonialidade. No que diz respeito a essa incapacidade de reconhecer o valor pela imagem da própria forma de viver, vale citar como uma herança histórica colonial. As estruturas epistêmicas ocidentalizadas atravessam a cognição dos colonizados. Essa injustiça cognitiva sobrepôs o conhecimento dos povos com a epistemologia eurocentrada, como se qualquer produção de saber diferente do modo de pensar europeu fosse inferior. Essa realidade se agrava em lugares de acentuada vulnerabilidade como a Baixada Fluminense, a periferia da periferia que é o Brasil em relação a outros países. A colonialidade, isto é, as múltiplas formas e efeitos da colonização, foi o modo mais geral de dominação, cujas bases de exploração foram tanto do território quanto do trabalho dos povos não-brancos, mas não apenas: elas foram também culturais e intersubjetivas (Quijano, 2005).⁴

O entendimento do quanto valem ou do quanto merecemos a atenção e o cuidado de terceiros é fruto de comparações e influências, mas principalmente tal ideia do mérito é fruto da cultura do capital, onde se um sujeito merece algum feito, outro automaticamente deixa de merecer. E um dos fatores que interferem diretamente nesse processo é o espaço.

⁴ É válido mencionar a importância do contato com a psicóloga e cientista social baixadense Camila Athayde, mestranda da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, no que tange este tema em específico, mas também em vários outros temas ligados à Baixada que dialogam com esta pesquisa.

O ambiente hostil leva as pessoas a se sentirem insignificantes, sem valor e elas podem se sentir culpadas porque se sentem incapazes de promover ou adquirir o reforço desejado (e.g. o afeto do outro). As contingências, em termos de ambiente hostil, não servem apenas para inibir comportamentos, mas promovem o desenvolvimento de eventos privados, a partir dos quais o indivíduo se responsabiliza pelo seu próprio fracasso e não discrimina como o ambiente pode levá-lo a sentir-se como se sente. (SILVA E MARINHO, 2002, P. 231).

O ambiente, entendido aqui como o espaço hostil, por conseguinte, internaliza no cidadão local - nesse caso, o baixadense -, suas falhas e controvérsias. Logo, toda a formação da Baixada Fluminense e todos os problemas que se sucederam após esse conturbado início, além de impor barreiras aqueles que sofrem essas consequências, penetra em seus psicológicos trazendo o entendimento de que essas práticas complexas e coletivas são, na verdade de cunho pessoal, trazendo o sentimento, como destacado por Silva e Marinho, de insignificância. Adiciona-se também os sentimentos de frustração e impotência.

Sobre a impotência, aliada ao estudo espacial - e até mesmo político -, uma história pessoal servirá aqui como um cenário exemplificador. Do meu primeiro dia de vida aos 9 anos de idade residi no bairro Jardim Brasil em Belford Roxo, bairro que voltará ao holofote nos próximos capítulos. O bairro do Jardim Brasil se caracterizava (e em muito ainda se caracteriza) por ser uma localidade de invasão, desprovida de infraestrutura urbana básica como asfaltamento, galerias de esgoto, saneamento básico de qualidade, entre outros fatores.

Imagem 1 - Promessa de pavimentação do bairro Jardim Brasil pela prefeitura de Belford Roxo em 2022.



Fonte: O autor, 2022.

Boa parte dos encanamentos hoje existentes foram colocados por meu pai, Adilson Nogueira, e nossos vizinhos. O cenário muitas vezes era caótico, a pobreza era facilmente vista e a estação chuvosa trazia o pânico das enchentes, já que o Jardim Brasil é inclusive uma localidade classificada pelo INEA como área de escoamento de rio.

Com cerca de 7 anos, me interessei pela conversa de alguns adultos sobre os problemas locais e possíveis mudanças. Finalmente via pessoas refletindo sobre novas possibilidades, diferente das amplas reclamações jogadas ao vento, mas com toda a razão de existirem.

Falavam sobre passar um abaixo-assinado por todos os moradores do bairro e realizar um pedido formal e coletivo na Prefeitura de Belford Roxo para o asfaltamento do local. A lama fazia parte da rotina, e as doenças trazidas com a falta de saneamento e pelos rios entendidos como “valões” poderiam ser solucionadas com essa e futuras atitudes do poder

público, pensava eu. O caminhão de coleta entraria com mais facilidade, diminuindo possivelmente a queimada de lixo.

Imagem 2 - Afluente do Rio Botas, já completamente poluído, em sua passagem pelo Jardim Brasil. Ao fundo uma rua sem pavimentação e uma Igreja Assembleia de Deus.



Fonte: O autor, 2021.

Imagem 3 - Queimada de lixo no Bairro Jardim Brasil, imagem cotidiana.



Fonte: O autor, 2019.

Eu e outras crianças fomos escolhidos para realizar o trabalho mais cansativo, passar de casa em casa reunindo assinaturas por todo o Bairro do Jardim Brasil, que naquela altura era uma localidade de pequeno a médio porte. Em certo momento alcancei a casa de uma senhora bastante humilde, pedi licença e adentrei o seu quintal, havia muito barro, percorri um caminho sinuoso que já estava habituado a realizar nas ruas do bairro. Expliquei a situação do abaixo-assinado para solicitar à Prefeitura melhorias no local e ouvi dela uma frase que jamais irei esquecer: “Meu filho, isso aqui nunca vai mudar. Não perde seu tempo.”. Em uma clara demonstração de debilidade e aceitação com o que ali estava disposto, forte aliada da frustração.

A relação com indivíduos de localidades entendidas como possuidora de melhores condições traz-se outra faceta da autoestima e novas consequências:

O controle público é bem observado nesses comportamentos de fuga e esquiva, onde os arranjos de contingências que levaram à auto-observação negativa também mantêm e fortalecem esses comportamentos. O indivíduo, portanto, prevendo

sofrimento ou fracasso evita determinados contextos. (SILVA E MARINHO, 2002, P. 232)

A internalização das diversas problemáticas do espaço, portanto, levam por vezes o indivíduo a comparar realidades com a sua, e se comparar qualitativamente a outros indivíduos. E, uma das consequências observada, como citado, é a prevenção do sofrimento e do desgaste frente à possibilidade de lidar com situações humilhantes, não acessando diversos lugares. Silva e Marinho destacam inclusive a ocorrência de tal fato quando o indivíduo, em uma situação como essa, percebe-se falho, não associando suas limitações ao processo ocorrido no espaço, avaliando-se inferior e supervalorizando o outro, ator vivente de um contexto diferente. Esse indivíduo em débito passa a se comportar de outras maneiras a fim de obter algum reconhecimento. (Silva e Marinho, 2002).

Esta necessidade é latente e reforçada pelas experiências sociais e valorização dos outros, ou seja, os valores das experiências dos demais unem-se aos próprios valores do indivíduo. Assim a aceitação e aprovação de pessoas significativas para o indivíduo acabam substituindo o “processo de avaliação orgânica”. (SCARTEZINI, ROCHA E PIRES, 2011, P. 5)

Entende-se que a autoestima, portanto, é desenvolvida em todo ser humano, e seu processo inicia-se desde a infância até a maturidade (Scartezini, Rocha e Pires, 2011), porém, todo o contexto espacial, sobretudo quando problemático, leva o indivíduo a desenvolver sérios danos a essa autopercepção enquanto ser humano atuante e ser social. Tais danos ou efeitos irreparáveis levam o indivíduo a desenvolver uma perda de identidade, a restrição de oportunidades de vida, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, bem como um impacto negativo em aspectos psicossociais como no funcionamento social, na esperança, autoeficácia, e autoestima (Felicíssimo, 2013). Fatores como esses se apresentam com uma grande frequência para o morador da Baixada.

2.5 - A memória

Seguindo com as reflexões sobre a Baixada Fluminense e o seu principal sujeito, o baixadense, uma das possíveis análises feitas sobre alguns pilares que seguram e formam o pensamento e a territorialização desse sujeito, além da autoestima e do próprio território, é a memória.

Entende-se aqui a memória como a propriedade de conservar certas informações, sendo um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990).

A partir do momento que certa informação é perpetuada, presume-se que esta será admitida como verdade por determinado indivíduo. Sendo assim, dominar o acesso à memória é controlar o passado e, conseqüentemente, o presente. Discursos sobre o passado servem como instrumentos embaixadores de estratégias de controle do espaço via concretização e efetivação do poder, tal qual aponta o geógrafo Luiz Carlos Flávio (2013).

Em meio a isso, o questionamento levantado é sobre qual setor da sociedade interessa o controle da memória. Partindo da concepção que as representações criadas, produzidas e inventadas sobre os lugares são construídas para convencer e legitimar ações e práticas de domínios territoriais (Flávio, 2013) se evidencia que o controle da memória é feito por grupos hegemônicos.⁵

A História pode ser apropriada a partir de discursos/representações de grupos sociais hegemônicos os quais buscam “vender” seus discursos para toda a sociedade, convencendo os segmentos sociais em geral de que as formas de produção do território aplicadas desde o passado foram “benéficas” para todos os homens/grupos que dela (sociedade) fazem parte. (FLÁVIO, 2013, P. 126).

Nota-se que o desconhecimento geral sobre a memória local apresenta diversas hipóteses: a “recente” e abrupta ocupação da Baixada, a falta de investimentos pelo Estado em diversos setores como educação e cultura, dentre outros motivos. Entretanto, nesta pesquisa se considera como causa do desconhecimento da memória, o controle social e territorial da Baixada.

Segundo Flávio (2013), quando as chamadas “forças dominantes” apresentam um claro interesse em “encobrir” os fatos, acontecimentos e processos históricos permeados de contradições e conflitos sociais - se percebe que a Baixada Fluminense é abarrotada dessas condições - há a intenção de ratificar versões da História que contribuem para o processo de legitimação da reprodução da dominação de grupos e classes sobre outros no âmbito das

⁵ No dia a dia da Baixada Fluminense, seja em sala de aula - quando estou atuando como professor de geografia - ou seja nos ambientes comuns - quando estou compartilhando os espaços da região - se percebe um claro desconhecimento da memória local. Questiono e comparo diversas vezes com o que acontece na cidade do Rio de Janeiro, onde, obviamente uma parcela da sociedade, se tem um fácil acesso à memória da cidade, sobretudo por ser uma localidade de centralidade ímpar para o país e para o mundo.

relações capitalistas de produção que marcam as dinâmicas de apropriação do espaço geográfico.

Com os diversos ataques contra a Baixada Fluminense feitos nas falas comuns dos próprios moradores com certa frequência e a também frequente autodepreciação, como dito anteriormente, além de se perceber um grande dano na autoestima local também se verifica uma dessas causas (talvez a principal) o auto desconhecimento.

No que tange à memória, o auto desconhecimento seria uma espécie de amnésia, figurativamente. Le Goff (1990) já havia abordado um pensamento nesse sentido, tratando a amnésia como não somente uma perturbação no indivíduo, mas também a falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações.

Indo nesse caminho, Lélia Gonzáles já havia destacado, no seu artigo de 1984 intitulado “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, uma reflexão sobre o conceito de neurose coletiva, ou mesmo a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, afirma Gonzáles (1984), sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios, essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. Ao final do processo, isso se revelará como o desconhecimento de si mesmo.

Analogamente ao que se aplica ao brasileiro de forma geral, segundo Gonzáles - e essa irá contar as bases desse fenômeno cruel durante o artigo, pautando sobretudo a escravidão -, se aplica na Baixada Fluminense. Dessa forma, ao verificar o ataque à memória local que termina na produção de uma amnésia, e os grandes danos à autoestima do cidadão da Baixada, - alicerçada no próprio acesso à memória, na formação da região, na violência e nos inúmeros índices extremamente problemáticos, se certifica a presença da neurose coletiva e do auto desconhecimento na Baixada Fluminense.

É válido ressaltar que existem lugares de memória (Flávio, 2013) na Baixada Fluminense, mas duas de suas características precisam ser destacadas: (1) locais voltados para a reflexão da memória local são pouquíssimos e; (2) os chamados lugares de memória apresentam em vários contextos uma forma de resistência, já que sua criação, manutenção e perpetuação é feita pouco apoio estatal, com baixa divulgação e, na maioria das vezes, com extrema força de vontade daqueles que o acreditam e o operam.

Um exemplo que ilustra tal situação é o Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias. Na primeira página do *site* oficial do museu é possível verificar que a instituição tem como objetivo articular a defesa do patrimônio, a intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais nessas questões, afirmando e confirmando, portanto, o sentimento de pertencimento e as ações dos sujeitos construtores do seu tempo (MVSb, 2022).

A partir da verificação do objetivo, se provando como um lugar de memória, se observa a maneira que foi criado o museu. Em seu *site* há a afirmação de que a instituição foi criada somente em 2008 a partir da reivindicação dos Profissionais da Educação e dos militantes culturais caxienses (MVSb, 2022), ressaltando a característica mencionada da resistência e da extrema força de vontade daqueles que o idealizaram e o operam.

O processo de analisar a fundo a região esbarra em hostilidades sem precedentes, tornando a pesquisa dificultosa, sobretudo para quem a vive no cotidiano. Flávio (2013) cita Castoriadis (1987) quando afirma que a psique social nunca é inteiramente domável e a sociedade nunca é inteiramente heterônima. Indivíduos, tanto quanto coletividades detêm a capacidade de fazer emergir, a qualquer momento, “o imaginário radical instituinte” o qual se responsabiliza pela busca incansável da autonomia.

Escavar os “territórios de memória” pode ser uma forma de contribuir para humanizar as práticas políticas que demarcam as forças, campos e lutas no contexto social. Pode ser um contributo para inaugurar contrapoderes, denunciar injustiças, revelar meios de romper o status quo, cuja presença interfere negativamente na humanização das relações entre os homens e grupos, e destes em relação aos patrimônios histórico, cultural e ambiental. (FLÁVIO, 2013, P. 140).

Partindo desse pensamento, entendendo que a educação é radical e potente por natureza, e que nada melhor que essa para, como dito, inaugurar contrapoderes, denunciar injustiças e revelar meios de romper o status quo, neste momento não se faz necessário somente saber a educação, mas também, e sobretudo, entender como a educação, e o ensino de Geografia, podem afetar e impactar a Baixada Fluminense.

3. BAIXADA DE CÓCORAS? NÃO. BAIXADA DE PÉ: UMA REFLEXÃO EDUCACIONAL.

Dentro de todo um contexto hostil em que vive a Baixada Fluminense, a educação é aqui entendida como uma potencial arma que permite algum enfrentamento a esse cenário. Porém, é necessário a reflexão sobre as condições que vive a educação, sobretudo em âmbito local, entendendo os principais pontos que envolvem o dia a dia de professores e alunos, mas também as possibilidades de construção de uma educação contundente a esse processo.

Em meio à condição que a Baixada se apresenta, pode-se ter alguma dimensão do quanto é dificultada a vida e o trabalho de um profissional da educação nesse lugar. Queiroz e Cardoso ilustram:

A situação de algumas escolas do Brasil, em especial das localizadas em áreas periféricas, é bastante precária. Este é o caso das escolas localizadas na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. A falta de infraestrutura e de capacitação de professores, a jornada de trabalho extensa, entre outras causas, levam a um ensino pautado no reprodutivismo. (QUEIROZ E CARDOSO; 2014; P. 8)

Em meio a isso se faz necessário expor e problematizar alguns pontos negativos relacionados com a educação na Baixada Fluminense, no sentido de divulgar o que o precariado profissional aliado a uma série de instituições aqui atuantes produzem como barreiras para o desenvolvimento educacional emancipador, mas também relatar práticas e mecanismos pedagógicos que não só driblam todo esse contexto como se apresentam como um meio idiossincrático que une experiências de professores e alunos e produzem uma educação muito mais contundente, relacionando o ser humano, o seu ambiente, os seus semelhantes e ele próprio, promovendo autonomia. (Tavares, 2003).

A prática docente é social, pragmática e também existencial (Queiroz e Cardoso, 2014). Portanto, essa se choca com diversos fenômenos que interferem no ensino e aprendizado em âmbito escolar, especialmente quando o plano de fundo é a região da Baixada Fluminense. Isso se apresenta como um dos grandes motivadores desta pesquisa, justamente por toda essa relação e entrecruzamento de fenômenos se confundirem, chocarem e influenciarem com a trajetória pessoal e profissional de quem aqui escreve.

Um dos pontos que se relacionam com essa questão é a verificação de que instituições como a família, a igreja, o Estado, o militarismo - enquanto polícia ou forças armadas -, as facções ligadas ao tráfico de drogas e a milícia com o avanço no controle territorial e na perpetuação do extermínio, se fazem presentes e se portam muitas vezes como limitantes, ou ao menos dificultadores, do ensino e aprendizagem.

Além de todo esse contexto, é importante verificar que as crianças e adolescentes de localidades periféricas e ainda no mundo subdesenvolvido, são constantemente confrontadas por diversos problemas sociais como exemplo do machismo, do racismo e da homofobia, muitas vezes enraizados e cultuados socialmente.

Dentro disso, uma série de debates que envolvem a Geografia vão na contramão das ideias pregadas por tais instituições e práticas sociais problemáticas, demonstrando a sensibilidade que é estar à frente de uma sala de aula, principalmente no atual contexto de perseguição e censura aos professores. Estar com um aluno por no máximo duas horas semanais e propor discussões as quais este aluno se vê imerso no problema exposto durante o resto da semana é desafiador e revela uma série de questões como a precarização da educação, a problemática envolvendo a desescolarização das camadas mais pobres e o aproveitamento desse contexto pelas instituições citadas.

Verifica-se que a educação mecanizada, baseada em estímulos e respostas, muito semelhante a visão behaviorista (Guedes, 2009) é muito difundida na Baixada, alimentada por toda a precarização do ensino, tratando, quando tal, o aluno como um mero receptáculo de informações, somada a todas as barreiras impostas pelas instituições citadas que produzem corpos apassivados, estimulados ao não questionamento.

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) aponta que todos os homens nascem livres e iguais, tanto em dignidade como em direitos. Porém, a partir do momento em que se observa que a um jovem em idade escolar é desalentado a relação com o questionamento, suprimindo-o pelas instituições sobre sua cabeça, desamparando-o de armas que o ajudariam a modificar a sua realidade, e incentivando-o ao não reconhecimento dos próprios direitos, a esse jovem foi negada a dignidade.

De forma alguma se pretende afirmar que o saber escolar ou científico é superior aos saberes sociais do aluno, adquiridos com a sua vivência. Baseando-se em QUEIROZ E CARDOSO, considera-se que os saberes são sociais porque advêm de uma pluralidade

profissional, da família, da escola, da formação, dentre outros. Todas as fontes são articuladas e produzidas pelos grupos sociais, o que vai fundamentar a prática docente (Queiroz e Cardoso, 2014). Porém, se reitera também que certos saberes, como o docente, sofrem complicações e impugnações por parte das instituições dominantes.

Algumas dessas instituições ganham grande destaque na Baixada Fluminense, em grande parte por ter relação direta com a violência, como a polícia, a milícia e o tráfico. Porém, outra instituição tão crescente quanto as outras faz contato direto com a educação: a Igreja, sobretudo a Evangélica Neopentecostal.

Como autor, peço licença para escrever em primeira pessoa em alguns momentos desta pesquisa, trazendo o relato de algumas experiências para justificar a escolha da temática dessa pesquisa: Até o presente momento, todas as escolas que trabalhei na Baixada Fluminense são evangélicas, umas mais, outras menos, porém em todas o trabalho, o ensino, o *marketing*, os valores e os objetivos são pautados na religião - mais de dez escolas em diferentes localidades e diferentes níveis sociais, entre Duque de Caxias e Belford Roxo. Todas particulares, há de se dizer, alternando entre colégios pequenos de bairro e com pouco alcance, a grandes colégios, com boa reputação no município a que pertencem.

A relação Baixada Fluminense e Neopentecostalismo está longe de estar relacionada com uma eventualidade. Para isso o estudo “Espaços da Democracia” (2012) se faz muito útil, sobretudo com o artigo de Danilo Fiani Braga, pois possui foco na Geografia Eleitoral, mais precisamente na sua relação com a Igreja Evangélica Neopentecostal, principalmente com a Igreja Universal do Reino de Deus.

Para entender os motivos que me levaram a somente trabalhar em colégios de cunho evangélico na Baixada Fluminense é necessário entender que esse fenômeno não pertence somente à educação, mas que a educação deve ser entendida como um dos braços para o crescimento contínuo do neopentecostalismo.

Desde os anos 1980 a religião cristã de cunho evangélico apresenta um vertiginoso crescimento nos países latino-americanos, sendo $\frac{2}{3}$ desses religiosos orientados pela doutrina pentecostal - incluindo os neopentecostais - os principais atores desse processo (Braga, 2012). Processo que hoje verifica 31% dos brasileiros, avançando continuamente sobre os católicos, líderes da lista no país com 50% da população (Datafolha, 2020).

Os pentecostais têm nas classes mais pobres sua principal clientela, tendo a maior parte de seus templos localizados nas periferias das grandes cidades (Sampaio Machado, 1992 *apud* Braga, 2012; Rocha, 2019). A Baixada Fluminense, localidade periférica à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se encaixa perfeitamente nessa análise. A facilidade no erguimento desses templos também se verifica como um grande ponto em relação ao seu crescimento, uma vez que os templos são desde pequenas lojas e galerias até grande construções (Braga, 2012), como por exemplo as edificações faraônicas da Igreja Universal, demonstrando assim forte poder territorial.

A Baixada Fluminense e suas crises e contradições se apresenta como um grande campo de possibilidades para o pentecostalismo e o neopentecostalismo⁶, visto que a Igreja Evangélica assume um papel de mediadora das crises urbanas, apropriando-se de funções sociais no que tange a inibição da violência, no resgate social de muitas famílias e também na construção simbólica de solidariedade entre os membros destas comunidades (Rocha, 2019).

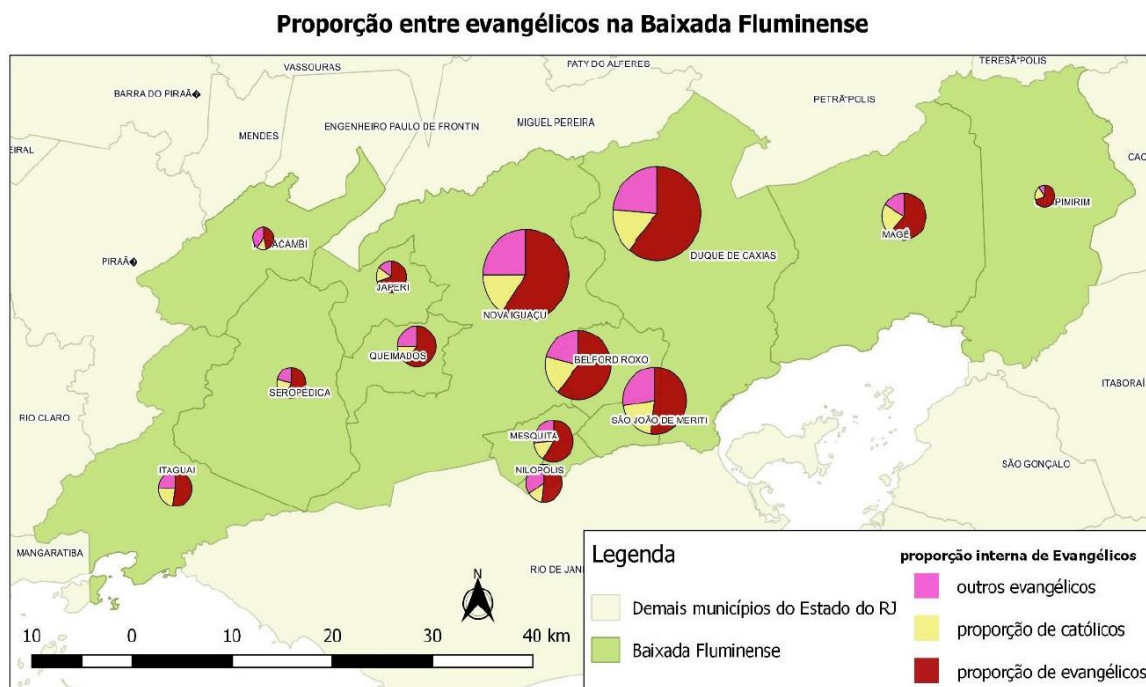
Não se tem a intenção de afirmar que a Igreja Evangélica está situada apenas em localidades pobres, dotadas de menos amenidades urbanas e de uma fragilidade social definida já que esta também é percebida em localidades muito mais abastadas em zonas centrais e privilegiadas. Porém, como apresenta Braga (2012), o culto à prosperidade, o assistencialismo, o apoio das próprias mídias, a descentralização de templos juntamente com a hierarquia mais flexível do pentecostalismo, a relação do sagrado com o espaço (Rocha, 2019) e a territorialidade fugaz e informal (Sampaio Machado, 1992) permitem a flexibilização da criação de templos, atraindo fiéis muitas vezes com pouca ou nenhuma certificação. Braga afirma que tal segmento da religião cristã cresceu vertiginosamente nas periferias brasileiras e latino-americanas no final do século XX, ampliando ainda mais ao longo do século XXI, justamente por dialogar e penetrar diretamente os problemas dessas localidades.

⁶ O Pentecostalismo é uma forma de organização dentro da doutrina Evangélica, que se difere dos Missionais e dos Não-determinados, promovendo, em tese, a experiência direta com seu deus por meio do batismo no “Espírito Santo”, promovendo manifestações espirituais e glossolalia. Já o Neopentecostalismo, ou a terceira onda do Pentecostalismo, se designa do movimento Pentecostal, promove práticas do mesmo - como as manifestações espirituais e glossolalias -, mas sem tantas convenções e não se tornando alinhados, já que o Neopentecostalismo, no pós 1970 e 1980, se destaca por uma atuação mais sobrenaturalista da fé, com ênfase em revelações, curas milagrosas, o culto do bem contra o mal e, principalmente, a teologia da prosperidade, se caracterizando como um movimento sectário e tendo como principal expoente no Brasil a Igreja Universal do Reino de Deus. (Bledsoe, 2012; Rocha, 2019).

De todo modo o segmento evangélico encontra na Baixada Fluminense um cenário ótimo para sua manifestação. Em primeiro lugar por ser marcado pela condição de periferia urbana desprovida de diferentes políticas culturais e de infraestrutura urbana. Em segundo lugar por ter pequenos incentivos para a dinamização de espaços culturais, que levou nos últimos anos a uma verdadeira funcionalização de espaços comerciais, antigos cinemas, teatros e outras formas para o funcionamento de templos religiosos – prática muito comum de uso das igrejas pentecostais. Além de possuir enormes déficits na estrutura social no que tange saúde e educação, sendo oportuna a expansão religiosa que ocupa, em muitos casos, a função social de amparo dos problemas estruturais presentes em alguns municípios. (ROCHA; 2019; P. 2675)

O produto dessa análise é que a maioria dos municípios da Baixada Fluminense apresenta um percentual de evangélicos maior do que de católicos, indo na contramão do que se observa no país como um todo. Como mostra o mapa a seguir:

Mapa 8 - Proporção entre evangélicos na Baixada Fluminense



Fonte: Rocha (2019). Acesso em: 13/09/2022

A grande presença de escolas evangélicas na Baixada é entendida aqui não somente como um planejamento central da Igreja ou uma estratégia definida de dominação espacial, mas principalmente uma das consequências do avanço do evangelismo sobre o território periférico. Entende-se que esse avanço tem consequências esperadas que contribuirão com a visão religiosa sobre o território e a territorialidade, sendo, portanto, o território uma área sobre a qual é exercido um poder e a territorialidade uma estratégia de manutenção desse poder (Braga, 2012).

O estudo da disciplina “Religião”, foi assim desde o final dos anos 1990 e segue como prática até os dias atuais. Nessa disciplina, questões envolvendo cidadania e os valores defendidos pela instituição em questão são trabalhados sob o pano de fundo da religião. Porém, o termo religião pode dar a entender que várias formas de fé que são tratadas e debatidas, quando não, o cristianismo, sobretudo o evangelismo pentecostal, é o que vigora nessa situação, não sendo raro falas que estimulam a contestação às religiões de matrizes africanas e o culto ao conservadorismo.

A esse fato corrobora-se a ideia de que existe um enviesamento religioso e ideológico sendo aplicado por muitas escolas da Baixada Fluminense, e esse enviesamento é posto como censura aos professores desde a sua contratação, além de ser utilizado como *marketing* para atrair alunos sob o argumento de transmissão dos valores “corretos”. Estando a região tomada pela presença da igreja evangélica e sendo escancarado os casos de violência e o crescimento da criminalidade por todas as partes, entende-se que a busca por centros de ensino conservadores e transmissores de tais valores seguirá aumentando.

Muitas situações enfrentadas por mim e por alguns colegas da educação na Baixada Fluminense caracterizam o que Silva e Motta (2019) estudaram e definiram como precariado, sobretudo um precariado professoral. A noção do precariado está relacionada diretamente ao modelo econômico capitalista. Silva e Motta (2019) destacam que ao trabalhar esse conceito, a intenção não é se desfazer da ideia de proletariado de Marx, mas usar dessa concepção para se aplicar em um maior entendimento como uma série de explorações acontecem no século XIX.

A partir de meados da década de 1970, na temporalidade histórica da crise estrutural do capital, ocorreu a implosão do fordismo-keynesianismo, que, somado à austeridade neoliberal, explicitou com vigor o colapso do Welfare State e a crise do emprego com a ampliação da precariedade salarial no “núcleo orgânico” do

sistema mundial do capital. Corrói-se, dessa maneira, o lastro de compatibilidade entre capitalismo e bem-estar social. Desde então, uma parcela ampla de trabalhadores assalariados não consegue se inserir no mercado de trabalho com o mínimo de garantias trabalhistas, sendo excluídos da cidadania salarial. Ao mesmo tempo, intensificou-se e ampliou-se, de modo exacerbado, a manipulação da vida social, tanto no consumo quanto na produção de mercadorias (CASTEL, 1998 *apud* SILVA E MOTTA; 2019; P. 4).

Todo esse olhar é um imprescindível plano de fundo para entender uma série de inflexibilidades e desumanidades vividas pela classe trabalhadora, incluindo nós professores. Porém, entende-se que uma perspectiva europeia não se faz suficiente para entender todo um contexto periférico mundial, essencialmente se entendermos que a “sociedade salarial” e o “estado de bem-estar social” pouco, ou sequer, existiram no Brasil (Silva e Motta, 2019). O caráter de dependência do Brasil no cenário mundial fez com que os trabalhadores brasileiros lutassem por direitos enquanto os dos países centrais se mobilizavam para conservar tais direitos. A classe trabalhadora brasileira sempre foi precarizada (Silva e Motta, 2019).

Silva e Motta citam Braga (2012) que afirma que a ausência de um sentido de carreira, de identidade profissional segura e de direitos trabalhistas são traços que sempre estiveram presentes na própria definição da força de trabalho fordista no Brasil. Desse modo, reitera-se o abismo na análise laboral de países europeus centrais e de países periféricos. Dada toda essa conjuntura, o precariado será aqui entendido como camada social de trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalho precários (Alves, 2013 *apud* Silva e Motta, 2019).

O precariado reciclará, portanto, expectativas frustradas de carreira profissional (Alves, 2013 *apud* Silva e Motta, 2019), agindo da seguinte forma:

Os vínculos atípicos que têm surgido nos últimos anos e se alastraram a partir da década de 1990 nos levaram a identificar o precariado professoral como uma camada do professorado composta por profissionais que vivem sob condições degradantes, aliando sobrecarga profissional, falta de perspectiva de uma carreira com acréscimos salariais ou licenças especiais decorrentes do tempo de serviço, baixa remuneração, insegurança, desamparo, ausência de salário no período de férias, em que não vigora o contrato, falta de reconhecimento e valorização social. (SILVA E MOTTA; 2019; P. 9).

Silva e Motta (2019) lançaram um grande foco para a educação pública nesse estudo, entendendo que é lá onde ocorrem as mais variadas formas de degradação profissional. Porém, ressaltou aqui as diversas semelhanças entre o que foi posto pelas pesquisadoras e o que é vivenciado no setor privado, sobretudo nas escolas de pequeno e médio porte particulares, mas também aquelas da rede pública.

Um primeiro ponto a ser debatido entra como algo crucial para a autoestima do professor baixadense: o dinheiro. Silva e Motta (2019) afirmam que em busca do primeiro emprego, em início de carreira - ou ainda não formados - professores desenvolvem vínculos de trabalho precários, distintos do professorado estável-formal. Em minha experiência, tive contato com o molde empregatício do estagiário, escolas que para economizar financeiramente fazem vínculos com redes de estágio e contratam graduandos ainda não formados para desempenharem um papel de professor, ganhando muito abaixo do que o piso salarial estabelece. Nesse caso, o estagiário-professor não só não participa de um procedimento de aprendizagem, como exerce integralmente o papel de um trabalhador já formado mesmo sem ainda o ser.

Estabelece-se então que isso é um contexto que se retroalimenta: jovens em busca de salário e experiência estarão sempre no mercado, mesmo que sem um processo que o auxilie, o desenvolva profissionalmente e o abasteça financeiramente. Esse processo gerará um campo fértil para o aproveitamento de empregadores que não visam a qualidade do ensino ou mesmo o desenvolvimento daquele profissional. O Estado e os órgãos fiscalizadores fazem vista grossa para todos esses casos e se apresentam como coniventes desse processo, em si ilegal.

A título de demonstração do quanto isso pode ser prejudicial para o trabalhador, seja no âmbito financeiro, mas também no psicológico, trazendo novamente a autoestima, cito um caso pessoal: no ano de 2018 e 2019, quando eu finalizava a graduação, cheguei a receber 9 reais por hora trabalhada, no momento em que o piso salarial da época girava em torno de 18 reais por hora. O quanto isso era insustentável, absurdo e extremamente problemático, escancararam o nível da exploração e, conseqüentemente, do precariado, para além de se associar com a trajetória de diversos professores, sejam estes periféricos ou não.

Seguindo e setorizando os temas, ainda no assunto financeiro, o precariado experimenta a totalidade da força da flexibilidade salarial, seus salários são mais baixos, mais

variáveis e mais imprevisíveis (Silva e Motta, 2019). Relacionando o pessoal com o que é tratado aqui pelas pesquisadoras, era de se esperar que o contexto de trabalho que eu vivenciaria após o término da graduação traria novas perspectivas profissionais, quando não. Entro no mercado profissional e verifico que no contexto da Baixada Fluminense o padrão eram escolas particulares que não realizavam vínculo empregatício com o professor, estimulando esse inclusive à pejotização (*ibidem*), e junto a isso se constata a negação ao pagamento de direitos básicos, imprescindíveis para uma vida digna e segura.

Junto a isso, se tornou comum na minha vida profissional e na de inúmeros colegas, o recebimento de salário abaixo do piso mesmo após formado, sendo um procedimento padrão com a minha carreira até o ano de 2021. O atraso de salário constante, mesmo com o valor sendo pago abaixo do piso, como dito, chegando ao ponto de ficar sem salário durante quatro meses durante o período da pandemia de covid-19. Muito comumente, a necessidade de lecionar em outras disciplinas, como inclusive em outras funções trabalhistas para conseguir sobreviver, servindo de exemplo: tive a necessidade de trabalhar em uma fábrica no fim da graduação, conciliando isso com sala de aula e, por inúmeras vezes, por uma alta pressão dos empregadores, lecionei aulas de história, ao qual não tenho qualquer formação.

Através disso se verifica a não existência de qualquer status minimamente positivo, a não valorização financeira e, novamente, um duro golpe na autoestima do profissional, se constatando uma série de danos psicológicos relacionados a isso e ao ritmo intenso de trabalho, de alta demanda e muitas vezes sem respeito ao descanso.

Outros pontos que se verificam na vida de tantos professores também merecem destaque aqui por se relacionarem com o precariado professoral: sentir o cargo ameaçado constantemente, servir como apoio psicológico dos discentes, trabalhar com pouca ou nenhuma estrutura, verificar o crescimento de profissionais pouco qualificados nos mais variados cargos da educação, perceber as diversas problemáticas que envolvem o entorno das escolas e não observar a educação sendo uma ferramenta de modificações, mas sim de limitações, são outras formas de dizer que:

O precariado professoral vem constituindo uma fração ampla e crescente do professorado brasileiro. Essa camada de trabalhadores possui uma alta taxa de rotatividade, condições degradantes de trabalho, baixos salários, ausência de direitos, vivem em situação de insegurança social e econômica, não possuem identidades ocupacionais, são constantemente atraídos e expelidos das redes

públicas e vivem constantemente preocupados com seus rendimentos, que podem não existir mais a qualquer momento. (SILVA E MOTTA; 2019; P.9)

Finalizando essa seção, é necessário se fazer menção à pandemia do covid-19 de maneira mais assertiva, assunto que interferiu em tantas camadas, inclusive neste trabalho. O que se visualizou nesse momento pandêmico, além da acentuação do precariado professoral e das múltiplas funções e adaptações feitas pelos professores para segurar o ensino, suas carreiras e suas próprias vidas, foi o escancaramento das diferenças entre pequenos colégios particulares, colégios públicos e grandes instituições de ensino voltadas para públicos muito mais abastados.

Verificou-se que todo o contexto estrutural das escolas, relacionado ao contato com a tecnologia, à possibilidade de se trabalhar diferentes práticas escolares, à própria estrutura física da instituição, entre outros fatores, produziu - ou alargou - um enorme abismo entre os jovens em idade escolar das diferentes classes sociais, onde, por exemplo, a taxa de abandono escolar a nível médio mais que dobrou de 2021 para 2022, tendo as regiões mais periféricas do Brasil um impacto ainda maior.⁷

Dentre os principais motivos relacionados com tal abandono, sobretudo nessas regiões - além da dificuldade de acesso à educação nesse contexto - estão a necessidade de trabalhar (40%), a perda de interesse (33% entre homens e 24% entre mulheres), a gravidez (23% entre mulheres) e os afazeres domésticos (11% entre mulheres).⁸

Ariana Britto (FGV, 2022) afirma que esse aluno entrará no mercado de trabalho com uma defasagem de aprendizado muito grande e, se isso for associado com questões socioeconômicas, ou seja, de alunos de redes públicas em situações de vulnerabilidade, o efeito disso é um conjunto de jovens que entrarão nas ocupações informais.

Todo um cenário que corrobora com o precariado, desde a formação do aluno até o estabelecimento precoce da sua vida profissional, em uma conjuntura que alimenta as diferenças entre o público abastado em relação aos periféricos, sobretudo pretos e pardos, ocasiona então um crescimento dos ricos e um aprisionamento dos pobres via educação.

⁷ <https://bityli.com/rMgTtd> acesso em: 13/09/2022.

⁸ <https://bityli.com/SMZsML> acesso em: 13/09/2022.

Dentro deste cenário, é natural que se questione o quão fatigante isso se apresenta para os baixadenses mas, principalmente, o que se tem feito e quais possibilidades e ferramentas são levantadas para tentar alterar esse padrão inclemente.

3.1 - A Educação como vetor de transgressão

Esta pesquisa confia na máxima sobre o potencial transformador da educação, e, a concepção freireana do potencial libertador da mesma - no mais profundo sentido que a ideia da libertação pode nos oferecer - deve ser entendida como uma das armas mais potentes quando o assunto é conhecimento, empoderamento e insubordinação social.

Desse modo, inicialmente se entende que alguns pontos poderiam ser entendidos como potenciais práticas transformadoras que auxiliariam o entendimento do aluno para com a totalidade, articulando relações e conexões indissociáveis entre o distante e o próximo, ou entre o local e global (Santos, 1994). Um ponto com tal potencialidade, aqui entendido como o primeiro a ser debatido é a bagagem espacial do aluno e como esta pode auxiliar o corpo docente e discente a promover o entendimento sobre essas relações e conexões supracitadas.

Junto a isso, entende-se que a geografia é a disciplina com o maior potencial de ligação e reflexão com e sobre a realidade do aluno, e ao analisar o seu potencial, admite-se, em suma, que essa disciplina oferece dados essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social (Brasil, 1998 *apud* Lopes, 2012). Sendo assim:

Os objetivos a serem alcançados pelos professores de Geografia são, por um lado, compartilhados com os demais docentes e podem estar ligados às questões vividas pela comunidade na qual a escola está inserida ou expressos no projeto pedagógico da instituição escolar. Por outro lado, o professor dessa disciplina desempenha um papel particular, ou seja, ele tem uma função específica. Isso significa afirmar que se o professor de Geografia não o fizer, outro não poderá fazê-lo ou não o fará. Assim, considerando a natureza e a epistemologia dessa disciplina, entendemos que os saberes que devem orientar sua atividade profissional são constituídos, em grande medida, pelo trabalho com atividades didático-pedagógicas específicas desse campo, ou seja, devem estar alicerçados nos conceitos e procedimentos mais importantes e centrais que caracterizam essa disciplina e a ciência de referência. Cabe ao professor encaminhar atividades que proporcionem aos alunos a oportunidade de se apropriarem dos conteúdos, procedimentos e das habilidades *sui generis*, próprias ou específicas dessa área do currículo escolar. (LOPES E PONTUSCHKA, 2011 *apud* LOPES, 2012; P. 308).

Dentro dessa conjuntura de relevância e necessidade de aplicabilidade pela Geografia, contudo, deve-se trazer luz sobre o que é a bagagem espacial, considerando que a forma que essa deveria ser aplicada não é consensual.

Straforini (2021) menciona Laclau (2013) para pontuar que devido a este conjunto de flutuações de significados para essas correntes ao longo do tempo, o sentido se vê suspenso e aberto a multifacetadas relações de equivalência, concluindo-se, portanto, em um significante flutuante.

É válido pontuar que não se vê como proveitoso destrinchar aqui como cada corrente geográfica entendeu qual era o papel da experiência espacial do aluno para com o estudo da Geografia e com o poder que tal prática poderia providenciar. O presente estudo está muito mais alinhado com a concepção de bagagem espacial dada pela corrente da Geografia Crítica:

Na Geografia Crítica Escolar, a consideração da realidade dos alunos e os problemas típicos do seu lugar e de sua época é o que promove a autonomia dos estudantes, seu papel como cidadão ativo, sua criatividade e criticidade de modo que possam questionar a realidade. (VESENTINI, 2004 *apud* STRAFORINI, 2021; P. 11).

Dessa forma, entende-se que a bagagem espacial junto à vivência é um ponto essencial na construção do pensamento geográfico e na promoção da criticidade sobre tudo aquilo que o atravessa.

Claudivan Sanches Lopes utiliza de Cavalcanti (2006) para trazer essa reflexão reforçando o cruzamento do conceito de bagagem espacial com a prática da Geografia Escolar:

Na relação cognitiva de crianças, jovens e adultos com o mundo, o raciocínio espacial é necessário, pois as práticas sociais cotidianas têm uma dimensão espacial. Os alunos que estudam essa disciplina já possuem conhecimentos nessa área oriundos de sua relação direta e cotidiana com o espaço vivido. Sendo assim, o trabalho de educação geográfica é o de ajudar os alunos a analisarem esses conhecimentos, a desenvolverem modos do pensamento geográfico, a internalizarem métodos e procedimentos de captar a realidade, a vivida e a 'apresentada' pela Geografia escolar, tendo consciência de sua espacialidade. Esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas práticas são sempre práticas socioespaciais. (CAVALCANTI, 2006 *apud* LOPES, 2012; P. 309).

A intenção nessa abordagem é também tornar o aluno protagonista do processo de ensino e aprendizagem, atingindo diretamente sua autoestima e provando ao sujeito que o seu lugar topofílico é fator primordial para a ciência. Citando Straforini, a articulação entre a realidade desse aluno e a noção de totalidade - no sentido de que essa articulação é o que obstrui uma educação fragmentada e deslocada da realidade do discente, posto que a totalidade resultante do conflito capital-trabalho - , se realiza e se manifesta na concretude da realidade (Straforini, 2021).

A bagagem espacial carregada pelo aluno em dado momento se tornou ponto central nas minhas práticas escolares e, com o desconforto sobre a forma que era o tratamento com a Baixada Fluminense dentro da Geografia, algumas ideias começaram a emergir, com o objetivo de entender como a visão canalizada pelos adultos, e entendidas muito pelas suas vivências, se apresentava.

3.2 - A bagagem espacial ligada à prática escolar de ensino de Geografia

A nuvem de palavras se tornou um ótimo recurso para entender a concepção básica dos alunos acerca de um tema. Já havia feito algumas vezes para temas gerais do currículo e, ao tentar introduzir a Baixada de forma mais direta nas aulas, resolvi testar uma nuvem de palavras sobre a própria Baixada Fluminense, explorando a visão destes alunos.

Em definição, a nuvem de palavras é uma representação visual com termos expressados por indivíduos quando estes são expostos a uma imagem, palavra, situação, lugar - entre outras possibilidades -, e são convidados a expressar uma opinião curta e direta sobre aquilo que tiveram contato. Com ela se estabelece uma análise qualitativa, sob a ótica dos questionados, daquilo que foi colocado à prova da opinião geral.

Com uma pergunta básica: “Quando eu penso na Baixada Fluminense, o que me vem à cabeça?”, consegui clarear diversos pontos, analisar a visão destes alunos, verificar onde poderia atuar sobre o tema e entender como eles se veem e como analisam seu próprio território. Dentre algumas vezes em que essa prática foi aplicada, destaco o quadro abaixo referente à uma turma de 6º ano do segundo segmento do Ensino Fundamental em uma escola particular de pequeno porte no município de Belford Roxo.

Em questão de minutos, estava eu imerso em um mar de questionamentos, hipóteses e constatações. Em nenhum momento foi dito para esses alunos apresentarem apenas adversidades, mesmo assim, a esmagadora maioria das palavras relacionadas à Baixada eram sobre pontos negativos e problemáticos. Estava de frente para alguns jovens que me diziam coisas como “assédio”, “violência”, “racismo”, “polícia”, “pedofilia”, “gente feia”, “drogas”, “prefeito inútil”, “homofobia”, “trabalho infantil”, “falta de saneamento”, entre outros termos vistos acima que fazem qualquer um ficar assombrado, sobretudo quando se enfatiza que estamos falando de pessoas com essa pouca idade.

Estava ali uma constatação de como todo o processo sintomático de ocupação da Baixada Fluminense gerou um impacto na autoestima do baixadense, e como esse dano à autoestima aparece desde as menores idades. Verifica-se também a não relação com a memória quando se observa em nenhuma ocasião a citação à história ou a instrumentos que a traduzem.

Dado momento, relato aos alunos a presença massiva de pontos negativos relatados e, junto a isso, proponho que eles relatem apenas pontos positivos dessa vez. Abaixo, o quadro da mesma turma:

Imagem 6 - Nuvem de palavras sobre pontos positivos da Baixada Fluminense aplicada a um 6º ano.

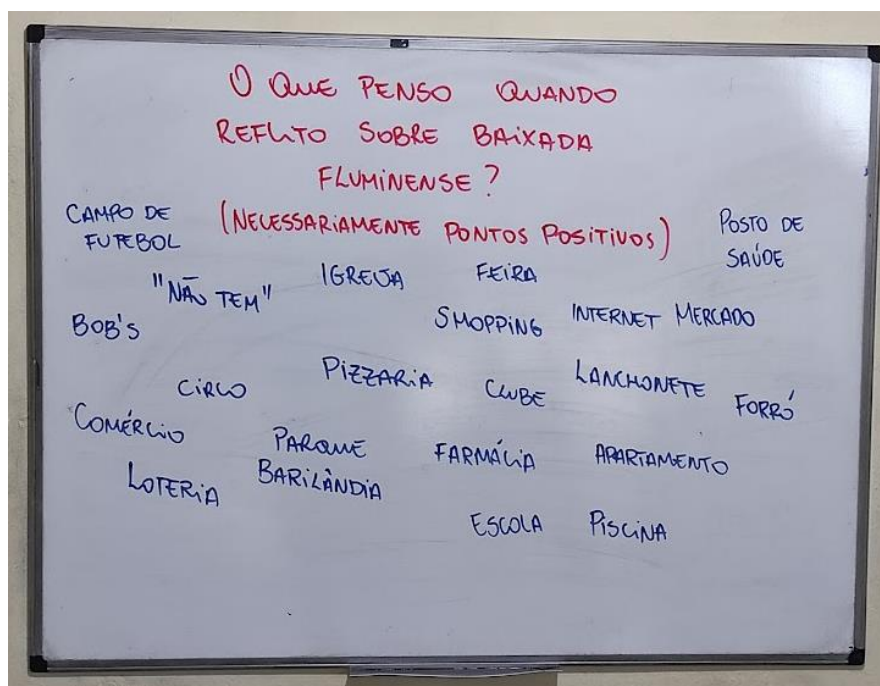
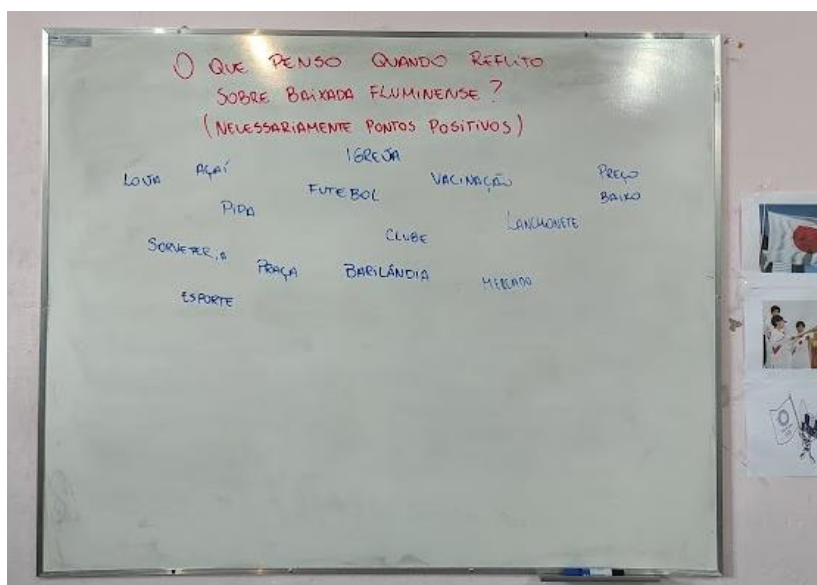


Imagem 7 - Nuvem de palavras sobre pontos positivos da Baixada Fluminense aplicada a um 6º ano.



Fonte: O autor, 2021.

A primeira impressão sempre é a mesma, a ocupação do quadro com palavras é muito menor, observa-se a força feita pelos alunos para buscarem pontos positivos. Após a finalização do quadro, inicia-se a análise mais aprofundada, com destaque à expressão “não tem” que iniciou a prática indicando que a primeira intuição para com a nova atividade proposta é não haver ponto positivo algum na região.

Depois disso, analisa-se os instrumentos de lazer dispostos a esses alunos na periferia. Um maior número de lanchonetes que se fazem presente na localidade são entendidas como o auge do divertimento, “circo” e “parque de diversões” entram como localidades sazonais de grande fama na Baixada, sobretudo pelo acesso mais democrático. O “shopping” relatado se encontra a 14 quilômetros do bairro onde se situa a escola e se apresenta como um passeio extraordinário para essas crianças, no sentido do divertimento e também na frequência deste acontecimento.

Nota-se que neste quadro não há relatos de acontecimentos ou adjetivos, o que se verifica são citações a localidades entendidas como positivas e, com o esgotamento precoce da imaginação desses pontos positivos, os alunos começam a citar estabelecimentos como “farmácia”, “mercado”, “posto de saúde” - e não hospitais -, “lotéricas”, ambientes que geralmente não são associados a crianças.

E, corroborando com a análise já feita nesta pesquisa, o termo “igreja” marcou presença no primeiríssimo bloco de palavras citadas. Verifica-se que, com a presença mínima de instrumentos de lazer e culturais, a igreja é entendida como prestadora desse papel. Acredita-se também que o papel “demonizador” como prática e visão de mundo pelas igrejas evangélicas neopentecostais atua no imaginário do fiel promovendo o distanciamento de instrumentos culturais e a aproximação deste com a própria igreja. E, além disso, promove na população uma ojeriza em relação às religiões de matrizes africanas, observada no primeiro quadro - onde figuram termos negativos - com a expressão, dita de maneira pejorativa pelos alunos, “macumba”.⁹

O entendimento do potencial do uso da bagagem espacial para verificar uma nova concepção e um aprendizado emancipatório e independente sobre Baixada Fluminense é notório, mas entende-se que ele não se apresenta contundente feito de maneira desacompanhada. É necessário uma pedagogia que esteja em consonância com essa prática, é necessário diálogo.

3.3 - Pedagogia dialógica

Parte-se da concepção freireana de que o aluno já possui, como visto, uma visão de mundo, uma bagagem espacial. O papel do chamado “educador-educando” é se responsabilizar, em uma visão dialógica e problematizadora, por prover um conteúdo programático não imposto, mas um conteúdo devolutivo, de maneira organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (Freire, 2019).

É entender, sobretudo na geografia, que muito do que é visto em sala de aula já foi observado, opinado e participado pelo aluno, que o professor funcionará como uma ponte organizacional, acrescentando elementos técnicos e organizando os pensamentos muitas vezes já concebidos sobre o assunto ou relacionando este com a vivência dos discentes.

Para tanto, reforça-se que a bagagem espacial do aluno, apesar de essencial, ao se configurar como o único meio a ser explorado no processo de ensino-aprendizagem, se apresentará como uma prática insuficiente. E, para além disso, acrescento que não sendo o

⁹ <https://m5.gs/N0FqZ1> Acesso em 13/09/2022.

único meio mas atuando em conjunto com uma prática vertical e impositiva, também não estará aproveitando o máximo que a prática da bagagem espacial pode oferecer.

Dentro desse cenário, a pedagogia dialógica se encaixa de uma maneira muito mais proveitosa e assertiva. O diálogo é, portanto, o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (Freire, 2019). E a potência dessa combinação de práticas se torna mais evidente no contexto da Baixada Fluminense ao pensarmos:

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. (FREIRE; 2019; P. 109)

Entende-se, com isso, que os processos violentos inerentes à formação da Baixada Fluminense juntamente com a dificuldade de acesso à memória e com as várias instituições atuantes sobre a cabeça do baixadense se mostram como silenciadoras do diálogo. Para além disso, constata-se que a educação não pode ser mais um pilar deste silenciamento, mas que deve usar o seu potencial para transgredir esse cenário.

A educação verticalizada e impositiva, estabelecida através de uma visão pessoal sobre aquele ambiente trabalhado não somente está fadada ao fracasso, como está muito mais associada ao instrumento dos dominadores. Esta educação deverá abarcar as visões impregnadas de anseios, dúvidas, esperanças ou desesperanças inerentes àqueles que a receberão, não se fazendo de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2019).

Dentro desse cenário juntamente com todos os pensamentos expostos nesta pesquisa até aqui, sobretudo no que tange à violência, à memória e à autoestima do baixadense, realizo há algum tempo, antes mesmo da relação com a pós-graduação, algumas práticas pedagógicas introdutórias e superficiais em sala de aula para justamente entender como pode ser possível dialogar com a bagagem espacial dos meus alunos de diferentes realidades na Baixada Fluminense. Assim, atividades como a nuvem de palavras aqui expostas ganharam vida, e outra série de questionamentos sobre o lugar que vivemos passaram a ser lançados, analisando também o conhecimento sobre a memória local. É válido mencionar que não serão

mencionadas aqui escolas, alunos ou qualquer identificação de componentes da comunidade escolar devido a uma relação problemática com a escola onde mais executei práticas do tipo, assunto que será melhor destrinchado mais à frente.

A visão negativa e a baixa autoestima daqueles jovens inicialmente foi um choque pessoal, sobretudo por ainda não ter feito até então qualquer reflexão mais profunda como a que aqui está sendo feita. Mas, como explicado na sessão que me debruço sobre a memória, ao conectar a bagagem espacial dos alunos com a memória local, estudada nos dispositivos de memória como o Museu Vivo do São Bento, muitas opiniões eram automaticamente ressignificadas.

Trazer detalhes e curiosidades sobre as localidades em questão, seja em qualquer localidade da Baixada Fluminense, principalmente quando se detalhava que o chão que pisamos já era pisado há cerca de quatro mil anos, causava quase que instantaneamente um maravilhamento. Era notório que o acesso à memória, como aqui já trabalhado, era interrompido, setorizado a um tempo muito mais curto, e canalizado pela visão dos mais velhos, mas ao mesmo tempo se via um potencial muito grande ao trazer esse acesso.

Dessa forma, passei a trazer mais para as aulas as relações do conteúdo em questão com a realidade da Baixada Fluminense, alimentando exemplos e práticas que incentivavam esse processo. Por entender que não fazia efeito trazer conteúdos que nada tenham a ver com os anseios e com as dúvidas, esperanças e temores dos alunos, conteúdos que poderiam aumentar estes temores, temores de consciência oprimida (Freire, 2019). Mas, ao mesmo tempo, proporcionando a apreensão dos “temas geradores” e a tomada da consciência dos indivíduos em torno deles (Freire, 2019).

Mas a prática no dia a dia da sala de aula tinha um efeito que poderia ser intensificado, um projeto que reunisse todo o segundo segmento do Ensino Fundamental de acordo com o limite de cada série, e que falasse de Baixada Fluminense envolvendo toda a comunidade escolar, resultando em um produto final físico que pudesse ser apresentado e devolvido para a localidade em questão.

Assim, criei o projeto “Baixada Fluminense” com a intenção de promover a junção da bagagem espacial do aluno com a pedagogia dialógica, entendendo que essas ferramentas dentro de um ambiente escolar tem um grande potencial reformador, e que poderia promover um maior conhecimento sobre a região em uma conexão direta com a Geografia, um estímulo

à pesquisa, um incentivo ao acesso a mecanismos fixos de produção e divulgação de cultura e memória, uma autorreflexão e conhecimento, e potencialização da criticidade, enquanto se verifica um grande impacto no acesso à memória e na produção de autoestima. Estávamos falando de aprendizagem significativa.

Nesse projeto, o 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II atuaria na pesquisa sobre o bairro onde se situa a escola, conseqüentemente, bairro onde a maioria dos alunos reside e produz vínculos. O 6º ano teria uma abordagem mais branda, produzindo sobre a topofilia daquele lugar por meio de conversas com familiares, amigos e vizinhos. Se incentivando o compartilhamento de relatos pessoais dos moradores, no que tange a sua relação e a chegada da família naquele lugar, promovendo o entendimento de todo o contexto.

O 7º ano, por sua vez, teria uma visão mais técnica sobre o bairro, pesquisando e divulgando o processo de formação deste, a disposição geográfica atual, os fixos e fluxos que regem o bairro em questão, e as demandas e cenários atuais daquele território.

O 8º ano elevaria consigo a responsabilidade, tendo como tarefa abordar o município em questão, isto é, onde a escola estivesse situada. Nas vezes que o projeto foi aplicado, Duque de Caxias e Belford Roxo foram os municípios abordados. Junto a isso, produziriam sobre o surgimento e estabelecimento do município, os fenômenos anteriores a este, a produção do espaço atual, as contradições que o cercam, além de divulgar e incentivar o comparecimento dos presentes a centros culturais locais, como o Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias e o Centro Cultural Donana em Belford Roxo.

E o 9º ano faria uma reflexão mais aprofundada sobre a Baixada Fluminense como um todo, portanto além de trabalhar o histórico, a sua formação, os fenômenos que a cercam, seus antecedentes, sua relação com outras regiões e dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, a produção do seu espaço e as contradições no seu território trabalhariam também em cima de questões caras à esta pesquisa, abordando juntamente a isso temas como a violência, a memória e a autoestima, mas verificando por eles novas possibilidades para a região bem como novas visões, interpretações e sentimentos tanto sobre ela, como sobre a si mesmo.

O trabalho teria como produto um grande mural produzido com materiais comuns à escola, por entender que algo palpável e exposto já faz parte da cultura escolar local, mas também por ser algo barato e de fácil acesso. Esse mural seria elaborado por todas as turmas

participantes, setorizado para cada ano. E, em uma data combinada, os alunos fariam uma apresentação para toda a comunidade escolar, tendo a possibilidade de continuar sendo exposto após essa data, para os que ali passassem, pudessem ver as figuras, mapas, gráficos e informações trazidas pelos alunos.

Dentro disso, as turmas seriam divididas em grupos que poderiam atuar por todo o trabalho, mas que teriam uma tarefa específica como responsabilidade. Com isso se produziu grupos de pesquisa, entrevista, produção, montagem, diálogo com outras turmas, representantes e apresentação, onde estava aberto ao aluno se encaixar onde este mais estaria confortável e mais poderia contribuir.

É válido ressaltar uma série de temas geradores da geografia proposital e conseqüentemente foram ali trabalhados, como a cartografia, a urbanização, a geografia agrária, a globalização - sobretudo a relação dela com a produção de cidades no mundo subdesenvolvido -, a geografia da população, em especial, a migração nordestina para o sudeste, a constelação de conceitos geográficos, as estruturas produtivas, as questões ambientais e a produção política do espaço.

Os relatos dos alunos, seus parentes e amigos, sobretudo no que tange à autoestima e à memória local foram muito benéficos. Pude perceber uma real e contundente ação sobre o entendimento daquele território. E, mesmo com diversos problemas, pude perceber uma satisfação geral, e a esperança nos olhos de alguns. Porém, mesmo após a impressão das autorizações e boa relação com a comunidade escolar, a escola em questão se negou a autorizar o contrato do Comitê de Ética, desta forma, o trabalho caminhou suprimindo dados e maiores análises e se concentrou em uma metodologia hermenêutica.

A relação com esta escola exemplifica possibilidades e complicações em relação a esta prática, e também deve ser documentado aqui. Foi a última vez que consegui aplicar o trabalho sobre Baixada Fluminense em sua maneira totalizada, no ano de 2021, neste que é um colégio particular de pequeno porte no bairro do Jardim Brasil, em Belford Roxo, uma instituição bem humilde, com grandes limitações e, junto a isso, extremamente conservadora e evangélica.

Estar naquela instituição nos primeiros meses de 2020, inicialmente me gerou diversos sentimentos. Tratava-se do bairro onde eu nasci, da possibilidade de me conectar com a vivência de diversos alunos que se assemelhava com a minha e, com isso, conseguir

propor novas possibilidades. Também se relacionava com estar mais próximo da minha avó e bisavó - essa segunda que faleceu três meses após a minha entrada no colégio -, que residem no bairro. E, além disso, se tratava de um alívio, havia acabado de ser demitido de duas escolas das quais era contratado como estagiário e desempenhava papel de professor efetivo, por ter me formado oficialmente na Universidade.

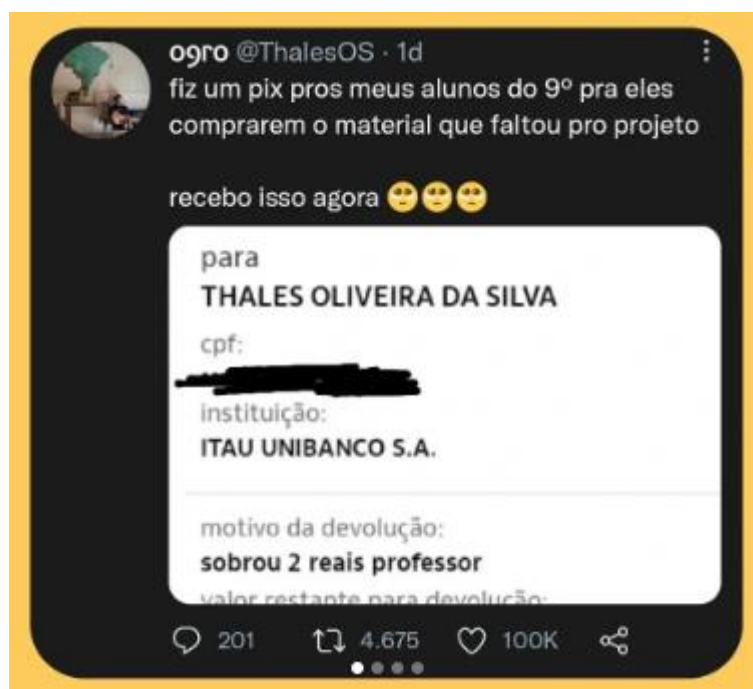
Ali, porém, me deparei com o precariado professoral escancarado em minha frente, recebia cerca de cinco reais abaixo do piso salarial municipal, lidava constantemente com atraso de salário - na pandemia de covid-19 chegou ao ponto de atrasar quatro meses -. Cheguei a ministrar aulas de história no colégio para compor renda, tinha minhas aulas interferidas constantemente pela diretora, necessariamente me relacionava com problemas pessoais dos alunos, tendo que interferir e tentar resolvê-los muitas vezes. Lidava com frequência com falas elitistas e narcisistas, além de comportamentos visivelmente homofóbicos e racistas, juntamente à devoção ao governo presidencial daquele momento. Ao final de 2021, abandonei o colégio.

A prática em si obteve grande êxito, sendo mencionada pelos alunos até os dias atuais, mesmo com extremas limitações. Todo o andamento cumpriu com os resultados esperados e a apresentação final junto aos outros alunos e à comunidade escolar foi muito bem recebida e elogiada, mas alguns pontos merecem menção. No caso em questão houve uma troca, resolveu-se que o 8º anoalaria sobre Baixada Fluminense e o 9º ano sobre Belford Roxo, e não o contrário, que era usualmente aplicado. Houve, nesse caso, algumas pontuais participações de outros professores no processo criativo, e a professora de literatura sugeriu ao 9º ano que contasse as histórias de surgimento e territorialização dos bairros de Belford Roxo por meio de um teatro de fantoches, o que logo foi entendido como uma ideia fantástica.

Todo o processo seguiu e dias antes da apresentação final foi trazido pelos alunos os fantoches que iriam representar os bairros, todos feitos com materiais encontrados na casa dos alunos, os fantoches apresentavam um padrão: meias brancas e barbantes amarelos, o que configurava pessoas brancas de cabelos loiros e, imediatamente, propus um questionamento sobre o quanto aqueles “traços” representavam as populações locais. Chegou-se à conclusão de que pouco representava, mas os alunos logo falaram que não tinham dinheiro para refazer ou fazer novos fantoches. A representatividade estava em questão e nesse momento a história inicia uma grande reviravolta.

Ao serem questionados de quanto era necessário, foi respondido “oito reais”, com isso fiz uma transferência bancária com o valor para uma das alunas. O dia seguiu normalmente e naquela noite recebi uma mensagem daquela aluna - o colégio fornecia nossos números de telefone para os alunos -, a mensagem dizia “sobrou dois reais, professor”. Aquilo me deixou muito emocionado, não sabia explicar o motivo, não creio que seria uma desonestidade gastar aqueles dois reais sobressalentes, mas aquela demonstração de empatia e preocupação gerou uma comoção. Não somente em mim, mas em diversas pessoas dado que eu fiz uma publicação em uma rede social falando sobre este gesto e em questão de horas chegou na casa dos milhares, passando das cem mil ao final.

Imagem 8 – Registro da postagem em rede social que foi amplamente compartilhada



Fonte: O autor, 2021.

Todo esse movimento trouxe alguns dias de evidência para o projeto, para a aluna, para todo esse processo e para mim. Cheguei e conceder entrevistas a jornais e site, e fazer transmissões ao vivo em redes sociais falando sobre todo esse caso e, junto a isso, explorando e divulgando o tema e as questões inerentes à Baixada Fluminense e, obviamente, a todo o contexto do precariado professoral que nos levou a tal situação.

Mesmo não mencionando o nome da escola em questão e a todo momento a colocando como vítima do aparato explorador do precariado, sofri uma série de represálias

desta. Diversas pressões psicológicas e chantagens, muitos convites em meio às minhas aulas para comparecer à outra sala e tratar do assunto, algumas ameaças e muitas falácias sobre o que o bairro estava pensando sobre o assunto. Criou-se um desgaste maior ao que já era insuportável.

Dentro do processo da divulgação em massa do ocorrido algumas pessoas descobriram minha conta bancária e começaram a me doar dinheiro, o que foi um choque naquele momento. No total recebi cerca de dois mil reais, que resolvi junto a alguns amigos organizar um evento beneficente para promover um dia de acesso à lazer e arrecadar alimentos para o bairro, que sempre teve uma ligação com a pobreza. Mas que, naquele momento, sobretudo pela pandemia, havia produzido casos de fome.

A escola, em meio a isso, achou de bom tom alertar falaciosamente que o evento era de cunho político e incentivar a não ida dos alunos para ele. Além disso, tive que lidar com o caráter dessa pesquisa no seu âmago, ter que pedir permissão para a polícia para realizar o evento, ter receio sobre algum conflito acontecer próximo à localidade, além de ter que dialogar no dia do evento com vereadores e seus parentes sobre a realização do acontecimento. O acesso ao lazer e à alimentação se mostrava tendo a possibilidade de acontecer somente sendo por via estatal, sobretudo pelas forças políticas e territoriais que dominam a região, e isso já figurava no imaginário local. A luta para o acesso maior à memória, a ressignificação da Baixada Fluminense e o incentivo à autoestima nitidamente estava somente começando.

Todo esse processo se mostra como uma tela representando o que foi trabalhado até aqui nesta pesquisa e a relação da escola frente aos acontecimentos se eleva, portanto, como a representação do precariado professoral, principalmente no que é explicitado por Silva e Motta:

Identificamos o precariado professoral como a fração mais mal paga e explorada dos professores brasileiros, em geral certificada, em sua maioria jovem, em busca de um primeiro emprego no magistério público, em início de carreira ou ainda não formados e que desenvolvem vínculos de trabalho precários; distinto do professorado estável-formal que tem organização sindical e possui acesso a benefícios e direitos trabalhistas, além da perspectiva de carreira profissional (SILVA, 2018 *apud* SILVA E MOTTA, 2019; P. 10).

Freire (2019) argumenta que, caso haja uma espécie de “invasão cultural” na aplicação de um projeto educativo - técnico ou de ação política -, seria ingenuidade esperar resultados positivos. E, dentro do projeto aplicado sobre Baixada Fluminense, acredita-se que, ao se aliar a bagagem espacial do aluno com a pedagogia dialógica, trazendo este aluno - protagonista de seu território - para o centro da análise e da pesquisa, se produziu uma educação significativa.

Conectar novas perspectivas, estudos e fatos às memórias já existentes no pensamento dos alunos facilita todo o processo de aprendizagem, simplificando-o e o tornando realmente significativo. David Ausubel argumenta que:

A aprendizagem por recepção significativa envolve, principalmente, a aquisição de novos significados a partir de material de aprendizagem apresentado. Exige, quer um mecanismo de aprendizagem significativa, quer a apresentação de material potencialmente significativo para o aprendiz. Por sua vez, a última condição pressupõe que o próprio material de aprendizagem possa estar relacionado de forma não arbitrária (plausível, sensível e não aleatória) e não literal com qualquer estrutura cognitiva apropriada e relevante (que possui significado ‘lógico’) e que a estrutura cognitiva particular do aprendiz contenha ideias ancoradas relevantes, com as quais se possa relacionar o novo material. A interação entre novos significados potenciais e ideias relevantes na estrutura cognitiva do aprendiz dá origem a significados verdadeiros ou psicológicos. Devido à estrutura cognitiva de cada aprendiz ser única, todos os novos significados adquiridos são, também eles, obrigatoriamente únicos. (AUSUBEL; 2000; P. 1)

Junto a isso, algumas condições devem ser estabelecidas e cumpridas, passando, portanto, por três pontos necessários para uma aprendizagem significativa: a oferta de um novo conhecimento estruturado de maneira lógica, a existência de conhecimentos na estrutura cognitiva que possibilite a sua conexão com o novo conhecimento e a atitude explícita de aprender e conectar o seu conhecimento com aquele que pretende absorver (Tavares, 2004), e entende-se que a proposta se encaixa com todos esses requisitos.

Dentro deste processo, não somente a bagagem espacial do aluno e o diálogo contínuo com este se tornam pontos centrais, junto a esses temas a linguagem se encontra também com tamanha dimensão e importância para a aprendizagem significativa. Freire (2019) argumenta que muitas vezes educadores e políticos não são entendidos justamente por sua linguagem não sintonizar com a situação concreta daqueles a quem falam. Portanto, uma situação alienada e alienante. Ausubel argumenta que:

A linguagem é um importante facilitador da aprendizagem significativa por recepção e pela descoberta. Aumentando-se a manipulação de conceitos e de proposições, através das propriedades representacionais das palavras, e aperfeiçoando compreensões subverbais emergentes na aprendizagem por recepção e pela descoberta significativas, clarificam-se tais significados e tornam-se mais precisos e transferíveis. (AUSUBEL; 2000; P.5)

O uso da linguagem facilitadora, aliada a todo o processo relatado acima, unindo conhecimentos pré-existentes a novos conhecimentos gera, portanto, uma aprendizagem mais concreta e fixadora. E se tratando nesse caso de um conteúdo geográfico do qual o conhecimento prévio aborda algo visto cotidianamente, o impacto de memória se tornará muito maior. Se o conhecimento mecânico provoca uma possibilidade de esquecimento muito maior (Ausubel, 2000; Tavares, 2004), nesse caso entende-se que a aprendizagem significativa se apresenta como grande possibilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Baixada Fluminense associada ao seu processo de crescimento urbano desordenado a partir da sua rápida ocupação com o crescimento industrial do sudeste brasileiro associado à metropolização do Rio de Janeiro e a conseguinte atração populacional se apresenta, levando em conta as reflexões de Alves (2020) e as interpretando, como um território hostil, com a presença da violência de forma cotidiana, sendo pouco a pouco naturalizada pela sociedade e, gravemente, entendida pelo senso comum como necessária para o controle territorial, mesmo que por grupos de poder paralelo.

A hipótese inicial que supunha o crescimento vertiginoso da violência pela ausência do Estado, dado as análises de abandono observados sobretudo no século XX (Souza, 2002; Alves 2020) se mostra indevida, ao menos parcialmente, quando apoia-se no fato de que os grupos de extermínio, que figuravam à época e que deram origem à milícia, consistem em - além de criminosos comuns - políticos e policiais corruptos, verdadeiros agentes do Estado, provando a presença estatal mesmo que por meios ilícitos. O que não configura a Baixada Fluminense como uma região vista com grande interesse pela máquina pública no âmbito legal, fator que promoveu um desenvolvimento local lento e a abertura de possibilidades ilegítimas em diversos setores sociais.

A imprensa é entendida como um dos principais fatores a contribuir com a construção do imaginário geral sobre Baixada Fluminense (Enne, 2002), fator extremamente relevante na produção da baixa autoestima dos baixadenses, verificada aqui como prejudicada devido à associação feita à partir do entendimento de uma região violenta, somada a dados sociais desfavoráveis e tal imaginário geral. Dentro disso, a associação vexatória como produto dessa soma problemática leva a população a diminuir o seu próprio senso de merecimento (Felicissimo, 2013), onde o ambiente hostil promove a auto-observação negativa e ao sentimento de insignificância, em um meio onde as condições guiam o indivíduo para o que se entende de forma geral como fracasso, agravando-se pelo mesmo não discriminar como o ambiente o leva para tal cenário (Silva e Marinho, 2002).

O questionamento sobre como a dificuldade de acesso à memória local poderia ser também um componente direto na produção de baixa autoestima surgiu em sala de aula como consequência do produto da auto-observação negativa, quando alunos que expressavam repetidas vezes falas negativas sobre o seu lugar, ao ouvirem pequenos trechos inseridos

como curiosidades sobre a Baixada Fluminense, se mostravam surpresos e imensamente dispostos a receber mais conhecimento local e a modificar suas falas sobre o ambiente.

O discurso sobre o bloqueio de acesso à memória local foi revisto sumariamente devido ao apagamento que este causa às instituições de promoção ao acesso à memória existentes na Baixada Fluminense. Porém, isso não quer dizer que haja um incentivo estatal para a ocupação destes dispositivos, pelo contrário, a memória é verificada constantemente como disputa e frequentemente apropriada por grupos hegemônicos como um instrumento de controle social (Flávio, 2013), trazendo danos à autoestima do baixadense, promovendo um sentimento de subalternização à capital Rio de Janeiro - dada as suas formas de acesso à memória -, e incentivando à fala (inclusive acadêmica) da cidade (região) dormitório, discutida aqui como completamente inadequada e falaciosa. Resgatar os territórios da memória é promover o incentivo ao questionamento e à mudança.

Admitindo-se que todos os saberes são socialmente produzidos, reforça-se que em nenhum momento a pesquisa quis verificar que o saber científico é superior a qualquer outro, mas reforçar a sua importância. Dentro disso, a prática docente dialoga com diversos saberes em sala de aula por estar em relação com seres humanos complexos e lotados de opiniões e vivências, esta prática se apresenta como social, pragmática e também existencial (Queiroz e Cardoso, 2014), logo, os demais saberes carregados de fora para dentro de sala de aula se verificam como desafios e possibilidades para o professor.

No que se refere ao desafio, ressalta-se que instituições diversas se apresentam por muitas vezes como dificultadores do ensino e aprendizagem, dada a influência que exercem sobre a vida dos discentes em todo o momento fora de sala de aula. Estas instituições foram aqui trabalhadas sob a identificação de família, igreja, Estado, polícia ou forças armadas, facções ligadas ao tráfico de drogas e milícia, ressaltando-se o peso exercido por essas sobre a cabeça dos alunos e a relação direta que apresentam com eles. O professor, sobretudo quando é socialmente entendido como um inimigo, tem a tarefa de propor temas que muitas vezes vão na contramão do que é pregado por tais instituições, configurando um perigo em diversos âmbitos e uma constante sensação de insegurança e vulnerabilidade, para além das frustrações ocorridas no processo devido ao envolvimento natural com os alunos.

Após a reflexão sobre cada instituição e suas problemáticas frente à Baixada Fluminense, a igreja recebeu destaque. Na sua relação com a educação foi observado que a

educação se caracteriza como um dos braços para o crescimento da igreja, sobretudo evangélica neopentecostal e na região da Baixada Fluminense. O foco do neopentecostalismo nas classes mais pobres, no culto à prosperidade, no assistencialismo, na descentralização e flexibilização de templos tornam a Baixada Fluminense um território a oferecer grande prosperidade, sobretudo pelo dificultado acesso à cultura e à infraestrutura urbana (Sampaio Machado, 1992; Braga, 2012; Rocha, 2019).

Todos estes fatores produzem uma população majoritariamente evangélica no século XXI, diferente do resto do país onde a maioria é católica. A ocorrência de tantas escolas de cunho evangélico conservador, portanto, é entendida como um planejamento territorial da Igreja e como um instrumento de dominação espacial. A educação se manifesta como uma ferramenta sobre o território exercendo-se seu poder, e sobre a territorialidade, fazendo a manutenção desse poder (Braga, 2012).

A opção pelo formato pesquisador-participante apresentou êxito, desde o poder de compartilhamento de uma realidade desconhecida por muitos até um senso pessoal terapêutico relacionado a uma espécie de desabafo. É entendido aqui que diversas situações somente, ou mais facilmente, são percebidas por alguém que vive aquela realidade e, se tratando de um professor, a realidade de diversos outros também pode ser compartilhada mais diretamente. A dificuldade de ter a oportunidade de trabalhar academicamente a Baixada Fluminense torna o trabalho mais especial, trazer para o centro do debate uma região tão complexa é igualmente desafiador. A experiência do pesquisador-participante é um exemplo do uso da bagagem espacial, espera-se que dentro de algum tempo não-baixadenses possam também compor um maior quadro de estudo sobre a região.

Dentro das práticas pedagógicas, conceitos base para a realização delas se tornaram peça fundamental deste trabalho e o seu potencial extrapolou o que era esperado inicialmente. O uso da bagagem espacial do aluno se apresenta como um exemplo disso, a prática responsável por trazer a realidade do aluno e os problemas típicos de seu lugar promoveu autonomia destes (Straforini, 2021), a alimentação da criatividade e a colocação da vivência do aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem construíram um pensamento geográfico sólido e um grande incentivo à criticidade.

O raciocínio espacial ligado à experiência do aluno toca nos mais diversos temas geradores da geografia e o uso da técnica da nuvem de palavras promoveu inicialmente um

maior entendimento sobre como os alunos enxergam o seu espaço e se enxergam nele, mas principalmente possibilitou uma série de reflexões posteriores que agiram diretamente na autoestima destes, movimento ímpar para este trabalho.

Ao tornar o aluno protagonista do processo de ensino e aprendizagem, para além de promover todos os pontos positivos acima citados, um outro fator inimaginado inicialmente foi percebido e exaltado: a possibilidade do aluno perceber que para além de toda a potencial relevância apresentada por sua localidade anteriormente subjugada, o seu lugar topofílico é fator primordial, essencialmente para a ciência, sobretudo para o entendimento da organização da periferia local e global no mundo globalizado, expandindo toda micro percepção e subestimação promovida sobre aquele ambiente e aquele ser humano.

Acrescenta-se a isso, porém, que a bagagem espacial do aluno pode ter o seu potencial perdido caso seja aplicada de forma vertical ou mesmo mecanizada, trazendo uma educação impositiva e mecânica. A conexão estabelecida nesta pesquisa une a bagagem espacial do aluno com a pedagogia dialógica, não impositiva, que recebe o conhecimento trazido pelo aluno e, organizada e sistematicamente, o devolve de maneira estruturada (Freire, 2019).

Percebe-se que as instituições tão trabalhadas aqui, associadas ao processo questionável de formação da Baixada Fluminense e a clara dificuldade de acesso à memória, se apresentam como vetores silenciadores do diálogo, isto é, uma prática dominadora. E o processo pedagógico que une a experiência socioespacial do aluno com a possibilidade de uma experiência de sala de aula horizontalizada (como foi a atividade aqui relatada a todo o segundo segmento do ensino fundamental sobre Baixada Fluminense) notadamente promove ressignificação espacial, ganhos na autoestima e no auto entendimento, incentivo à criticidade e maior curiosidade sobre o contexto vivido, apesar de todo o contexto do precariado professoral que envolve todos os atores da comunidade escolar. A associação da bagagem espacial do aluno com a pedagogia dialógica, portanto, promove a aprendizagem significativa.

Desta forma, entende-se aqui que o conhecimento é libertador das potencialidades das pessoas, promovendo a articulação entre o ser humano e o seu ambiente, entre ele e seus semelhantes e consigo próprio, promovendo autonomia e conectando o ser com o seu meio cultural (TAVARES, 2004).

É esse o conhecimento compreendido como o necessário para trabalhar a Baixada Fluminense, por entender que uma metodologia simplista e mecânica não é suficiente para o seu completo entendimento, sendo necessário uma metodologia que permita e construa a ponte para a transgressão, que reflita e possibilite o rompimento das dinâmicas excludentes estabelecidas, que promova e incentive o acesso à memória e o desenvolvimento da autoestima, e que, sobretudo, insira o baixadense como o ponto central da sua própria percepção territorial e filosófica.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

AUSUBEL, David P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. The City University of New York, E.U.A. Lisboa, Portugal. 2000.

BRAGA, Danilo Fiani. **Geografia Eleitoral e as estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus**. Espaços da Democracia. P. 98-120. 2012.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Casa Fluminense, 2020. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

CASA FLUMINENSE. **Mesmo com risco de inundação em 7 cidades, prefeitura de Caxias quer aterrar o Campo do Bomba**. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mesmo-com-risco-de-inundacao-em-7-cidades-prefeitura-de-caxias-quer-aterrar-o-campo-do-bomba/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. acesso em 14/09/2022.

ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: Memória, Representações Sociais e Identidades. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

FELICÍSSIMO, Flaviane Bevilaqua et al. **Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Psicologia: Teoria e Prática, 15(1), 116-129. São Paulo, SP, jan.-abr. 2013

FLÁVIO, Luiz Carlos. **A Geografia e os “Territórios de Memória”**: As Representações de Memória do Território. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Volume 15 – Número 21– Jan/Jun, 2013.

FOGAÇA, Isabela Fátima, et. al. **Observatório de turismo e lazer na região turística Baixada Verde: experiência e resultados**. Rio de Janeiro. Caderno Virtual de Turismo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 69º ed. Rio de Janeiro/São Paulo. 2019.

G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>>. acesso em 14/09/2022.

G1. **Censo Escolar confirma impacto negativo da pandemia na educação básica**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/20/censo-escolar>>

confirma-impacto-negativo-da-pandemia-na-educacao-basica.ghml>. acesso em: 14/09/2022.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244. 1984.

GUEDES, S. S. **Teorias da Aprendizagem. Técnicas Instrumentais de Didática Contemporânea**. TIDC. 2009

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LACERDA, Stélio. **Uma Passagem Pela Caxias dos Anos 60**. Edição do Autor. Duque de Caxias, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMMA, J. **A demonização como estratégia de poder**. Disponível em: <<https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-15/a-demonizacao-como-estrategia-de-poder/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

LOPES, Claudivan Sanches. **Aprendizagem da docência em Geografia: reflexões sobre a construção da profissionalidade**. Ensino Em Re-Vista, v. 19, n. 2, jul./dez. 2012

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO. Disponível em: <<https://www.museuvivodosoaobento.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

QUEIROZ, Edileuza Dias de; CARDOSO, Cristiane, et. al. **Ensinar Geografia - Uma Avaliação sobre as práticas pedagógicas no Ensino de Geografia: um estudo de caso sobre as escolas de áreas periféricas do Rio de Janeiro**. GEPEADS. PROIC / UFRRJ. 2013.

QUEIROZ, Edileuza Dias de; CARDOSO, Cristiane. **A articulação da teoria e prática na construção de uma atividade docente crítica e reflexiva: Compreendendo a realidade dos professores de Geografia da Educação Básica na Baixada Fluminense, RJ**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória - ES. Agosto/2014.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, Clacso, p. 117-142, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 14/09/2022.

ROCHA, André Santos da. **Espaço Urbano e Religião: sobre a espacialidade evangélica e a dinâmica pentecostal na Baixada Fluminense**. XVI SIMPURB. 2019.

ROCHA, André Santos da. **Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região**. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica. Rio de Janeiro, ano 3, número 6. 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo, SP: Hucitec. 1994.

SCARTEZINI, Luma Guirado; ROCHA, Ana Carolina Raad; PIRES, Vanessa da Silva. **A necessidade de Autoestima em Carl Rogers**. Bervique. Curso de Psicologia, 2011.

SILVA, Amanda Moreira da; MOTTA, Vânia Cardoso da. **O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público**. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019.

SILVA, Antônio Isidro da; MARINHO, Geison Isidro. **Auto-estima e relações afetivas**. I Semana de Psicologia e Terapia Comportamental do UniCEUB, de 22 a 25/04/1998; Palestra apresentada no I Ciclo de Palestras do INSPAC – Instituto São Paulo de Terapia e Análise do Comportamento. Junho de 2002.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela história**. Rio de Janeiro. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. Volume 3, Número 5; Julho - Dezembro de 2013.

SITE AGÊNCIA BRASIL. **Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandonar escola**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>>. acesso em 14/09/2022.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. **Nova Iguaçu: Absorção de Uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, IBGE. Rio de Janeiro, n. 2. Abril/Junho de 1955.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2º ed. 2015.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. UFF; Niterói. 2002.

SOUZA, MarluCIA Santos de; JUNIOR PIRES, Roberto. **Terra de Muitas Águas**. Texto nº 5, Duque de Caxias: Itatiaia, 1995.

STRAFORINI, Rafael et al.. **A realidade do aluno como tradição pedagógica em disputa na Geografia Escolar (1920 - 2020)**. Revista Brasileira de História da Educação, V. 21, 2021.

TAVARES, Romero. **Aprendizagem Significativa**. Departamento de Física. UFPB. Julho/2003 - Junho/2004.